



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LIMITES E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRN

Letícia Gualberto dos Santos Costa

NATAL – RN
2018

Letícia Gualberto dos Santos Costa

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito para obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.

Prof^a Orientadora: Maria Ilidiana Diniz

NATAL-RN
2018

Letícia Gualberto dos Santos Costa

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRN**

Aprovada em ___/___/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Ilidiana Diniz (orientadora)

Profª Dra. Ilka

Profª Dra. Ilena Felipe

Dedico este trabalho a minha Tia
Avó Ana Gualberto, "*In Memoriam*",
por todo apoio, dedicação, atenção,
simplicidade e carinho.

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de ONGS

ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais

ANASSELBA- Associação Nacional dos Serviços da LBA

CBIA - Centro Brasileiro da Infância e Adolescência

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

SAS - Secretaria de Assistência Social

RESUMO

O estágio obrigatório em Serviço Social se apresenta como fundamental para demarcar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social. Nesse sentido, faz importante compreender como os/as discentes identificam essa relação e a materializam na sua formação. A partir dessa perspectiva o presente trabalho de conclusão de curso, teve como objetivo geral analisar a percepção dos discentes do sexto período do curso de Serviço Social da UFRN, do período de 2017.1, sobre os limites e possibilidades do estágio obrigatório para sua formação acadêmica, buscou identificar, a partir da percepção dos/as discentes, os principais desafios encontrados na execução dos estágios nas instituições que desenvolvem tais atividades; conhecer o nível de informação dos/as discentes acerca da Lei de Regulação do Estágio obrigatório e por fim apreender como os/as discentes identificam as articulações entre as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo no campo dos estágios. Para o processo investigativo foi utilizado pesquisa bibliográfica e de campo, através da realização de nove entrevistas com os/as discentes que estavam em campo de estágio. Concluímos que um dos maiores desafios postos ao estágio pelos/as alunas está na compreensão da materialização das dimensões teórico metodológicas, ético-política e técnico operativa nos campos de estágios, aliado a um insuficiente aprofundamento nos subsídios que regulamentam o mesmo, e por fim que a escolha dos campos, quase sempre, levam em conta as condições objetivas, principalmente a disponibilidade de transportes públicos.

Palavras-chaves: Serviço Social. Estágio Obrigatório. Formação profissional.

ABSTRACT

The required stage in Social Service is fundamental to demarcate the theoretical-practical mediation processes on completeness of vocational training of the social worker. In this sense, makes important to understand how the students identify this relationship and materialize in your training. From this perspective the present monography, had as general objective analyze the perceptions of students of sixth period of Social Service course of UFRN, period 2017, on the limits and possibilities of internship required for your academic formation With the specific objectives identify, from the perception of students, the main challenges encountered in the implementation of the stages in the institutions that carry out such activities; know the level of information of students about the Law to regulate compulsory stage and finally grasp how the students identify the joints between the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions in the field of stages For the investigative process was used bibliographical research and field research, by conducting interviews with the students who are in the field of stage. We conclude that one of the greatest challenges posed to the students' stage is in the understanding of the materialization of the theoretical, methodological, ethical-political and operational technical dimensions in the stages of internships, together with an insufficient deepening in the subsidies that regulate the same, and finally the choice of fields almost always take into account the objective conditions, especially the availability of public transport.

KEY WORD: Social Service. Required Stage. Vocational Training.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa	11
2. A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O CONSERVADORISMO E A RENOVAÇÃO	15
2.1 O processo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro	21
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	26
3.1 Surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil	26
3.2 As perspectivas (neo) conservadoras na formação de Serviço Social na contemporaneidade	32
4. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	38
4.1 Leis que regulamentam o estágio	38
4.2 O estágio obrigatório de Serviço Social da UFRN limites e possibilidades.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o estágio obrigatório em Serviço Social, é uma maneira de conhecermos a formação profissional, já que é um dos componentes curriculares utilizados para que os/as alunos/as consigam sintetizar o que foi abordado no decorrer da formação. Aliado a outros aspectos importantes que perpassam toda a formação e nos instrumentalizam para nossa futura ação profissional, como, por exemplo, o conhecimento da gênese do Serviço Social, do seu desenvolvimento como uma profissão fundamentada na divisão sócio técnica do trabalho, nas diretrizes curriculares que orientam a formação acadêmica, nas leis que a regulamentam, nos processos históricos que a mesma se insere, na práxis cotidiana, nos desafios, limites, possibilidades para a materialização das políticas sociais, etc.

Contudo, para compreender todas essas especificidades é fundamental, ao nosso ver, entendermos o processo histórico de consolidação da profissão partindo das suas regulações, seu Código de Ética, as Leis de Regulamentação do Estágio e a Política Nacional do Estágio, os desafios postos as mesmas, os avanços e retrocessos das políticas sociais nas quais nos inserimos enquanto estagiários, os processos contemporâneos que desafiam a formação, dentre outros.

Mediante tais questões propusemos essas reflexões para o espaço da faculdade a qual nos vinculamos na condição de discente, que adiantamos, essas indagações sempre perpassaram as discussões em sala de aula, nos núcleos, nos fóruns, nas rodas de conversas entre alunos, nos campos de estágio, etc. Seja pelos desafios de materializar as dimensões teórico metodológicas, ético-política e Técnico operativa nos campos de estágios, ou na própria dificuldade de compreender tais entrelaçamentos que aparece como um dos grandes desafios que vivenciamos nos estágios obrigatórios.

Portanto, a relevância acadêmica desse tipo de objeto está na possibilidade de aprofundamento teórico/prático acerca de um processo fundamental para compreender e se aproximar do fazer profissional dos assistentes sociais. Com isso, poderemos solidificar as bases sobre as quais

nos “construiremos” como profissionais éticos, comprometidos com a garantia de direitos, defensores/as do nosso projeto ético político profissional e da materialização das políticas sociais.

Mediante o exposto, nosso trabalho está desenvolvido da seguinte forma:

No primeiro capítulo abordaremos o contexto histórico do surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil, a partir do desenvolvimento industrial, e os conflitos de classe oriundo dessa ampliação, discutiremos alguns dos principais aspectos que marcaram a relação Serviço Social, Estado e Igreja. E por fim, trataremos, dos processos históricos/políticos que assinalaram as bases críticas da profissão, com destaque para o Movimento de Reconceituação.

No segundo capítulo descrevemos os aspectos históricos da formação em Serviço Social, com destaque para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, fazendo um rápido paralelo com as perspectivas (neo) conservadoras que ainda perpassa a formação de Serviço Social na contemporaneidade.

O terceiro capítulo trazemos algumas questões da lei nº 11.788/2008, conhecida por Lei de Estágio. Posteriormente situamos o estágio obrigatório na UFRN, e a sua relação com a PNE, por fim, apresentamos as principais questões que surgiram na pesquisa com os/as alunos/as do sexto ano do curso de Serviço Social.

No último capítulo retomaremos aspectos específicos da pesquisa, apontando as considerações finais a qual nos aproximamos mediante a exposição do trabalho.

1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

Para fundamentar o percurso teórico-metodológico da presente pesquisa se fez necessário explicitar a concepção de ciência e de pesquisa que permeia a investigação proposta.

Compreendemos que a atividade científica não se limita à repetição do que já foi descoberto, porque “se nem mesmo as verdades científicas são

definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução” (GRAMSCI, 1999, p.174)

A pesquisa foi de natureza quali/quantitativa visto que a primeira nos permite captar os significados, valores, projetos políticos e ideológicos dos fenômenos e dos sujeitos para além da imediatez (MINAYO, 1994). A segunda, possibilita uma maneira de interpretação dos dados tendo como pressuposto a singularidade do sujeito, compreendido como um ser histórico, detentor de um modo de vida que lhe particulariza, ao mesmo tempo em que o situa em suas relações sociais, sendo, portanto, privilegiada para estudos que abordam sujeitos coletivos.

Nesse sentido foi utilizado as abordagens quantitativa e qualitativa, a partir da concepção de que essas diferentes dimensões da pesquisa científica abordam determinados aspectos da realidade, sendo complementares e não antagônicos.

Adotamos uma perspectiva materialista-dialética que afirma o ser histórico como fundamento do conhecimento, ou seja, “uma espécie de saber total, articulando sobre uma teoria geral do ser” (NETTO,2011,p.12) a práxis como categoria mediadora entre o sujeito e o objeto; objeto como polo regente do processo cognitivo; a apreensão da relação entre essência e fenômeno; a totalidade como características essenciais da própria realidade; a apreensão da processualidade das relações entre o singular, o particular e o universal; a superação da dualidade entre subjetividade e objetividade.

Lembrando das singularidades dos indivíduos e o contexto de vida de cada um, são levados em consideração, já que as suas vivências individuais influenciam na apreensão do conhecimento. Vemos a realidade do aluno trabalhador, no qual se divide em estágio obrigatório e o não obrigatório, uma vez que as bolsas de pesquisa na universidade são quase sempre insuficientes para a demanda dos alunos.

A pesquisa foi fundamentada nas seguintes categorias: estágio obrigatório, formação profissional e Serviço Social, compreendendo como uma relação de totalidade e contradição, inseridas no contexto das relações capitalistas de produção.

O processo investigativo foi construído por pesquisa bibliográfica, se fez necessário uma revisão das leituras, fichamentos, apontando o conjunto de teorias que embasam a leitura do objeto de pesquisa, e de campo, a partir de entrevista com 09 discentes do sexto período da graduação de Serviço Social, que estão inseridas no campo de estágio.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com fidelidade. A organização e análise dos dados foi realizada a partir de uma leitura crítica dos conteúdos coletados. De acordo com Gil:

É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. [...] entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. (2002, p.117).

Foi verificado que no início do semestre, tinha sido feita 31 matrículas na disciplina de estágio obrigatório I, dessas 29 foram para campo. Dessas 29, foram feitas entrevistas com 9 alunas que estavam na parte final do estágio I. Foi traçado um perfil sociodemográfico das entrevistadas, contendo informações como idade, raça/cor/etnia, naturalidade e área de estágio.

A abordagem dos/as alunas, que se disponibilizaram a participar da pesquisa, se deu a partir do contato direto na instituição de ensino, foi priorizado os dias de aula da disciplina Seminário de Estágio I, pois nos outros dias da semana elas estavam nos campos no estágio obrigatório, e/ou com outras obrigações acadêmicas e profissionais.

No início do processo de entrevista achamos que não teríamos dificuldades de aproximação, por eu ser aluna do mesmo curso e isso facilitaria o contato. No entanto, muitas dificuldades se apresentaram, tais como: indisponibilidade de tempo, dado a muitos compromissos acadêmicos e a próprio falta de interesse em contribuir com a pesquisa. Foi necessário o auxílio de alguns docentes nesse processo, indicando alguns/as os/as alunos/as. Algumas entrevistadas também foram contadas por ter telefone para marcar o melhor horário, já que muitas vezes após a aula da disciplina de Seminário de Estágio I, as mesmas justificavam ter outros compromissos.

As entrevistas foram realizadas do dia 19 de maio a 12 de junho do ano de 2017. O critério usado para seleção dos/as alunas foi está em campo de

estágio obrigatório; ter disponibilidade e interesse em contribuir com a temática pesquisada.

2. A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O CONSERVADORISMO E A RENOVAÇÃO

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, surge em meados do século XVIII na Europa. Com a Revolução Industrial, ocorrida inicialmente na Inglaterra, o ingresso em cena dos operários incorporado a ampliação do trabalho assalariado, bem como de diversas formas de exploração, colaborou para a concentração dos meios de produção e do lucro nas mãos da classe burguesa. Ademais, Conforme Martinelli (1991), as relações sociais se transformaram, o mundo ocidental se dividiu entre classe dominante composta pela burguesia e classe subalterna representada pelos trabalhadores assalariados.

No Brasil o surgimento do Serviço Social tem sua égide nos anos de 1930 e é marcada pelo aparecimento de uma sociedade urbano-industrial e amadurecimento do mercado de trabalho, que caracteriza o desenvolvimento capitalista. Nesse contexto podemos destacar o conflito de classes gerado pelo aumento da classe operária urbana e o aumento da exploração do trabalho.

A partir da intensificação da exploração do trabalho começa a surgir movimentos na defesa de direitos da classe trabalhadora. Já que a condição de nas fábricas era análogo ao trabalho escravo, uma vez que o valor pago pela função não era suficiente para a subsistência do operário, muito menos de sua família. Esse fator foi um dos responsáveis pela entrada das mulheres e crianças no mercado de trabalho, com aspectos mais intensificados de exploração.

Todavia, a luta dos trabalhadores por condições melhores de trabalho e de vida, era interpretada pela sociedade de acordo com os valores da Igreja Católica, ou seja, a luta por melhorias de trabalho era tida como uma maneira de desorganização da ordem pública. Isso significava, como aponta Iamamoto (2014 p. 134), uma “ameaça a seus mais sagrados valores”, ou seja, a moral, a religião e a ordem pública.

Emerge, portanto, nesse momento histórico as lutas por direitos trabalhistas e a necessidade de o Estado regulamentar a relação entre burguesia e proletariado, surgindo assim as Leis Sociais, advinda, sobretudo,

como a forma encontrada pelo Estado para controlar as massas que se insurgiam contra as péssimas condições de vida e de trabalho.

Em meio a todo esse contexto, ocorre o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, viabilizado pelo Estado, o empresariado e a Igreja católica. O intuito de legitimar a profissão é responder as expressões da Questão Social, fazendo a mediação entre capital/trabalho, respondendo assim os interesses entre classe dominante e proletariado. No entanto, por mais que o surgimento do Serviço Social esteja vinculado ao Estado, sua diretriz de desenvolvimento se dá pela influência da Igreja católica.

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009, p.06)

A partir dessa relação de produção e reprodução das contradições geradas pelo capital, surge a profissão de Serviço Social, que não pode ser analisada em si mesma, mas inserida no processo das relações sociais, ou seja, inserida na sociedade capitalista.

Para entendermos essa relação social e como se deu o surgimento da "questão social" no Brasil é necessário partir do processo de modernização das relações capitalistas, pois tem como característica econômica a expansão do capital financeiro e como característica política o conservadorismo.

O surgimento da questão social no Brasil está relacionado ao trabalho livre, ligado a monocultura, a produção era voltada ao mercado externo, principalmente o açúcar e o café. Como aponta Yamamoto acerca do surgimento da questão social:

[...] seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção[...] (2006, p.133)

É importante destacarmos que no Brasil, mesmo antes da abolição da escravidão algumas leis que garantiam a liberdade a alguns homens e mulheres negros já existiam, exemplo a lei do ventre livre, no qual a criança já nascia livre, a lei do sexagenário no qual os escravos maiores de 60 anos

também ficavam livres. No entanto, mesmo após o fim da escravidão, os ex-escravos começaram a viver em situação insalubre, pois não possuía mão de obra especializada para conseguir trabalho nas indústrias, isso potencializou um aumento da mendicância nas grandes cidades e o crescimento dos cortiços.

Importante sabermos que apesar dos investimentos do Estado, no que se refere a criação das Leis Sociais, para minimizar os conflitos entre as classes por intermédio do controle social, ainda assim, as condições de trabalho eram muito atrasadas, com longas jornadas de trabalho, trabalho da mulher com pagamento inferior ao do homem além do trabalho infantil. Fora que em caso de acidente de trabalho, o dono da indústria não tinha nenhuma responsabilidade sobre o funcionário, o trabalhador também não tinha direito a folga remunerada, muito menos a férias, além do valor pago ser insuficiente para sobrevivência (IAMAMOTO, 2014).

Diante dessas condições, a classe operária começa a se organizar para garantir melhorias no trabalho. Porém para o capital não era interessante melhorar já que poderia diminuir sua lucratividade, foi a partir desse contexto que surge de um lado a necessidade de maior controle sobre a exploração da força de trabalho, e do outro as pressões da classe trabalhadora que faz com que o Estado brasileiro comece a dar os primeiros passos rumo a alguns direitos que, posteriormente irão regular o mercado de trabalho.

Iamamoto (2006) aponta que a própria questão social advinda das condições pelas quais passavam a classe trabalhadora fez com que ocorresse a formação da classe operária no âmbito político, ou seja, a partir da questão social os operários entram no cenário político. Ainda segundo a autora:

A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa (IAMAMOTO, 2006, p.127).

Essa consciência política parte da reflexão das condições insalubres de trabalho e habitação vivenciada pelos operários (como já exposto neste

trabalho), diante disso, os trabalhadores começam a reivindicar, dentre outros direitos, maior flexibilidade nas suas atribuições. Contudo, essas reivindicações sofriam interferências diretas por parte do Estado, do empresariado e da Igreja que desenvolviam estratégias para controlar as massas e de certa forma exercer influência em todas as dimensões da vida dos operários. Exemplo desse controle pode ser observado a partir da,

[...] participação do clero no controle direto do operariado industrial remonta, por sua vez, ao surgimento das primeiras grandes indústrias no fim do século passado. É viva a presença de religiosos no próprio interior dessas unidades, que muitas vezes possuíam capelas próprias, onde diariamente os trabalhadores eram obrigados a assistir à missa e a outras liturgias (IAMAMOTO, 2006, p.165).

Com esse controle das Igrejas há o crescimento do sindicalismo católico que vem confrontar a existência do sindicalismo autônomo, o sindicalismo autônomo é o agrupamento de pessoas com o mesmo objetivo de luta e tinha como base algum partido político. A ação dos sindicatos católicos era feita no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, mas sua influência era mais efetiva no interior das cidades mais atrasadas no sentido de desenvolvimento e investimentos industriais, nos quais as cidades do interior não contavam com tanto apoio governamental, a partir disso se forma os Centros de Estudo e Ação Social (CEAS¹).

A Ação Social junto com Ação Católica, como afirma Iamamoto (2014) é o que torna as atividades de filantropia, patrocinado pela Igreja Católica, mais efetivas. A partir disso surge as primeiras escolas de Serviço Social como será explicado mais adiante.

Conforme o exposto, o Serviço Social é uma profissão, que tem suas atividades relacionadas a égide da questão social, ou seja, logo que surge as expressões da questão social, o Serviço Social surge para respondê-las.

Tais respostas, contudo, vem por intermédio da Igreja católica visando o controle do movimento operário. Isso se efetivará a partir de intervenções no

¹ O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo surge em 1932, com o incentivo e sob o controle da Igreja, a partir do "Curso Intensivo de Formação Social para Moças", promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, para o qual foi convidada a *Mademoselle Adèle Loneux*, da Escola Católica de Serviço social de Bruxelas. As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e para a difusão da doutrina social da Igreja. (IAMAMOTO, 2006, p. 65)

cotidiano do trabalhador, por intermédio de ações emergenciais e assistencialistas no âmbito da caridade e da filantropia, já que o salário que esses recebiam não era o suficiente, necessitando de um “complemento”, que no caso seriam doações de roupas, alimentos e ajuda na educação das crianças.

O desenvolvimento dessas ações assistencialistas se ampliou, depois que as lutas de classes foram evidenciadas, mais precisamente no período de desenvolvimento da industrialização do Brasil, principalmente, após a crise de 1929.

No ano de 1932, foi criada o primeiro Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o que vai servir de base para fundar a primeira Escola de Serviço Social no Brasil. A escola sofre influência teórica da doutrina da Igreja Católica, sendo a mesma responsável por toda ideologia e conteúdos no processo de formação dos primeiros assistentes sociais.

Essa foi a base sobre a qual, quatro anos depois, em 15 de fevereiro de 1936, é inaugurada a primeira Escola de Serviço Social brasileiro, no estado de São Paulo.

No momento da criação da primeira escola, a “questão social” na qual as assistentes sociais estavam trabalhando, era desenvolvida a partir da visão na Doutrina Social da Igreja Católica. É importante destacar que nesse período, para ser um assistente social eram exigidas diversas características das pessoas que exerceriam a profissão; o/a profissional deveria ser uma pessoa íntegra moralmente; ter um preparo técnico; ter um grande sentimento de amor ao próximo; solicitar-se pelas injustiças sociais, pela miséria e serem dotados de vontade (IAMAMOTO E CARVALHO, 2007).

Nesse contexto a questão social, segundo aponta Yasbek

[...] é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (2009, p.131).

Assim, a materialização do Serviço Social no Brasil, teve como objetivo “a capacitação técnica da prestação de assistência destinada a jovens católicos que compunham as classes emergentes” (FREITAS, 2014, p.43).

Ainda segundo Freitas:

[...]. Nesse contexto, o modelo de intervenção profissional chamado conservador ou tradicional surge, pautado nos parâmetros positivistas de racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista e sob a influência do método do Serviço Social de Caso, desenvolvido por Mary Richmond, precursora do Serviço Social em Nova York, por volta de 1896 (2014, p.43).

Tanto no Brasil quanto na América Latina, as ações profissionais tiveram influência norte-americana, incorporando as teorias estrutural-funcionalistas e de metodologias de intervenção, como por exemplo, o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Nessas teorias não havia a preocupação de analisar a realidade na sua totalidade, assim como não se questionava as causas das desigualdades sociais, os indivíduos eram tidos como os responsáveis pela sua situação social (ANDRADE, 2008).

Em se tratando de fundamentação teórica, em 1940, o Serviço Social brasileiro entrou em contato com o Serviço Social norte-americano, no qual tinha como base teórica o positivismo²². Essa perspectiva tem ampla importância no Serviço Social, pois a partir dela será estimulado a busca por conhecimento, por teorias que justifiquem a ação do assistente social e sua relação com a questão social.

No entanto, as críticas a essa base teórica logo aparecem, fundamentalmente a partir da análise de que a realidade norte-americana é distinta da brasileira, não levando em consideração algumas especificidades, por exemplo, a de que a realidade norte-americana, desde seu surgimento, tem relação com colônia de povoamento e o Brasil, como colônia de exploração, ou seja, a base teórica positivista foi introduzida no Brasil sem nenhuma preocupação com as particularidades que o país possui.

²²No início do século XIX, a Europa vivia um momento de transição para a modernidade, tornando-se cada vez mais urbana e industrial. É nesse contexto que nasce a corrente filosófica do positivismo, formulada pelo francês Auguste Comte. [... Comte acreditava que era possível elaborar uma ciência capaz de estudar o comportamento humano coletivo seguindo os mesmos métodos das ciências naturais. O positivismo funda, então, a Sociologia, que a princípio recebeu o nome de “física social”. (BERTONE, 2015, S/P)

A influência europeia se dava através da Igreja Católica, que influenciava as mulheres da igreja ao trabalho “vocacional” de educadora. Mesmo após a criação das primeiras escolas de Serviço Social brasileiras, ainda é muito evidente essa influência.

O Serviço Social brasileiro sempre se espelhou nas experiências externas, seja no seu surgimento a partir de ideias das escolas europeias, seja com as literaturas norte-americanas. No entanto, não era levado em consideração as particularidades e de diferenças do nosso país. Devemos lembrar que a independência do Brasil se deu de forma tardia, não fomos colônia de povoamento, como os Estados Unidos, fomos colônia de exploração. Enquanto os países europeus já tinham desenvolvimento econômico e político, nosso país era limitado a responder a coroa portuguesa. E mesmo após a independência o processo de desenvolvimento foi lento e limitado, tanto devido a extensão territorial, como as diferenças sociais.

2.1 O processo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro

A partir dos meados da década de 1960 se inicia o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Trata-se de um processo de ruptura com a sua gênese conservadora da profissão, produzindo uma revisão crítica da base teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo da profissão, lamamoto (2007).

Importa ressaltar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, tem seu início em meados dos anos de 1940 e vai ser consolidada até a segunda metade da década de 60, surgiu no momento histórico de desigualdade social e ditadura militar. Para Freitas:

As primeiras reações ao conservadorismo Católico e à teoria social positivista começaram na década de 1940, com as influências do Serviço Social norte-americano, baseado no tecnicismo e na neutralidade, mas ganharam ênfase apenas nos anos de 1960, quando o conservadorismo e o tradicionalismo do Serviço Social passaram a ser questionados, em razão das mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas no Brasil. As propostas desenvolvimentistas se tornaram ineficientes e suscitaram questionamentos também nas áreas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. (2014, p.44)

Todavia, para entender um pouco mais sobre a atuação do assistente social e o processo de reprodução das relações sociais, é necessário conhecer como se deu o processo de renovação do Serviço Social e Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, que tem como base a introdução a teoria marxista e busca de pesquisas e bases teóricas próprias como afirma Netto:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (2008, p. 131)

Após o ciclo ditatorial, dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve a necessidade de mudanças no quadro educacional, isso não tem relação apenas com o ensino superior, mas com o ensino em geral, no qual o ensino teve o seu desenvolvimento “reduzido” no período da ditadura. Para a formação profissional em Serviço Social isso se deu a partir do momento que ocorre a “laicização do Serviço Social” (NETTO, 2008, p. 128) havendo, portanto, um maior desenvolvimento teórico e que contribuiu para o processo de renovação.

Segundo Netto (2008) “a importância da “validação teórica” para o Serviço Social tem maior ênfase no debate teórico-metodológico e tem relação direta com análise do próprio Serviço Social” (p. 131). O mesmo autor, ainda sintetiza quatro aspectos como os “mais decisivos do processo de renovação do Serviço Social”. São eles: “o pluralismo teórico, a diferenciação profissional; exemplo: prática, objeto; a troca de informações e pesquisas com as ciências sociais e por último a ampliação na pesquisa e investigação” (NETTO, 2008, p. 135).

Netto (2009) registra importantes acontecimentos ocorridos no processo de consolidação e renovação do Serviço Social brasileiro, destacando três direções desse movimento. O autor situa a ocorrência do primeiro deles em meados da década de 1960, a partir de um viés modernizador da profissão. Na

década de 1970, acontece a segunda direção apontada pelo autor como reatualização do conservadorismo, que seria uma articulação entre as bases conservadoras que legitimaram a profissão e alguns elementos da teoria marxista. A terceira e última direção se dá na década de 1970 e se refere à intensão de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Outro marco importante para situar as novas perspectivas adotadas pelos assistentes sociais brasileiros ocorreu no ano de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, denominado “congresso da virada”. Tal congresso vem reafirmar a perspectiva renovadora da profissão e processo de conscientização crítica profissional.

Por mais importância que os eventos acima descritos tenham significado para a renovação do Serviço Social, a maioria dos/as autores/as apontam que a reatualização se materializa concretamente no Projeto-Ético-Político do Serviço Social. Segundo Netto (1999), a construção desse projeto, se deu a partir fundamentalmente do envolvimento da categoria em diversos espaços de debates, discussão e articulação entre os profissionais. Ao mesmo tempo, o Código de Ética de 1993 foi resultado dessa renovação e significou um avanço teórico e político e ainda representou um novo rumo na trajetória do Serviço Social brasileiro.

A importância da aproximação do Serviço Social das teorias marxistas para responder sobre as questões sociais ocorre devido tais teorias trazerem elementos centrais para compreender o processo de produção e reprodução das relações sociais e da produção de riqueza social (IAMAMOTO, 2006). Portanto, o Serviço Social teve que se reorganizar, ou seja, mudar sua forma de compreensão da questão social, para tanto, as leituras de texto com base no marxismo tiveram fundamental importância. Cabe ressaltar, que nesse primeiro momento não se teve uma aproximação direta aos textos de Marx, mas sim a fontes que tinha como base as ideias marxistas, isso ficou conhecido como marxismo sem Marx. Do ponto de vista político,

Será nesse período que, diante da aproximação do Serviço Social com os movimentos de esquerda e pela democracia, sua organização sindical, rearticulação das entidades da categoria, bem como de sua laicização e entrada no cenário universitário com a aproximação às ciências sociais e mais precisamente a autores da tradição marxista,

a profissão terá as condições para realizar uma inflexão do ponto de vista ético e político, que ficou conhecido como “intenção de ruptura”. (SILVA,2016, p.190)

Assim, entre 1970 e 1980, o Serviço Social passou a se organizar como categoria, se envolvendo em sindicatos e participando das lutas coletivas, isso fez com que os assistentes sociais se entendessem como classe trabalhadora, ligadas no processo de produção e reprodução das relações capital/trabalho. Nos termos postos por Yazbek:

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (2009, p.127).

No período pós-ditadura emergiu três novas vertentes resultado do Movimento de Reconceituação a de matriz modernizadora³; de inspiração fenomenológica⁴ e a marxista⁵.

Entretanto, a vertente marxista apresentou uma maior relevância, despertando avanços em relação à teoria-crítica, no qual pretende-se que o assistente social possa intervir de forma mais efetiva nas dinâmicas de contradição geradas pela relação capital/trabalho. O que antes não era notado, pois o assistente social era utilizado apenas como regulador da força de trabalho, submetido aos interesses capitalistas.

Pelo exposto, os acontecimentos históricos que perpassaram o Serviço Social lhe atribuindo um caráter crítico fizeram com que a profissão dimensionasse novas e progressistas bases para sua fundamentação teórica. Assim, as décadas seguintes, 1980 e 1990, fizeram com que o Serviço Social

³ “A vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas e estruturais e, mais tarde, sistemáticas, de acordo com a matriz positivista, voltadas para uma modernização conservadora” (FREITAS, 2014, p.45).

⁴ “A vertente de inspiração fenomenológica, atualização do conservadorismo, centrada na análise do cotidiano e das vivências dos sujeitos, na qual os profissionais utilizam uma metodologia subjetiva de caráter psicologizante, tendo como exemplo o Serviço Social de Caso” (FREITAS, 2014, p.45).

⁵ “A vertente marxista, que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classe, inspirada nos ideais marxistas” (FREITAS, 2014, p.45).

progredisse no sentido consolidação das perspectivas ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Ademais, tais avanços, advindos, a partir da interlocução com a teoria social marxista com o Serviço Social, são os responsáveis pela nova configuração do fazer profissional dos assistentes sociais. Isso tem influência direta no desenvolvimento de um Projeto Ético-Político profissional de caráter progressista e articulado com os direitos sociais, universais objetivando a superação das desigualdades sociais, assumindo seu compromisso social com a classe trabalhadora e com os princípios que regem o Código de Ética de 1993.

No próximo capítulo abordaremos alguns aspectos históricos da formação profissional em Serviço Social no Brasil, com ênfase no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

3.1 Surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil

Segundo Boschetti (2015) o surgimento do terceiro nível de ensino se deu de forma tardia aqui no Brasil, já que a formação no ensino superior era feita no exterior, não tendo assim, interesse dos poderes locais em investir em educação. Só no início do século XIX e que começa a surgir as faculdades brasileiras, impulsionado pela chegada da coroa portuguesa.

Em 1920 surge a primeira universidade brasileira de ensino superior, no estado do Rio de Janeiro, a metodologia utilizada era apenas a de ensino, sem incentivo a pesquisas e investigações⁶, e a educação ainda era limitada as elites brasileiras. No ano de 1924, surge à universidade de São Paulo com a maioria dos professores trazidos do continente europeu. As faculdades desse período têm a maior base de investimento as igrejas, sendo elas católicas ou presbiterianas.

Também em 1920 no Brasil, há o nascimento das instituições de assistência, mesmo período que surge o movimento de “reação católica⁷”, que tinha o interesse de difundir seus ideais religiosos e moral. No Rio de Janeiro a instituição de assistência era chamada de Associação das Senhoras Brasileiras e em São Paulo, alguns anos depois, Liga das Senhoras Católicas, no qual as suas atividades são diferenciadas em comparação a caridade tradicional.

Essa diferença é dada pois a assistência, do apostolado social, trabalhava com uma perspectiva preventiva, ou seja, enquanto a caridade atendia a determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, o apostolado social tinha como método atender e atenuar as sequelas geradas pelo capital e tinha como população alvo crianças e mulheres. As mulheres por serem as

⁶ Somente em 1968, é que ocorre um movimento de reforma universitária, no qual é formulado o tripé do ensino, pesquisa e extensão, surgindo também o incentivo as pós-graduações, no entanto, essa pós-graduação não era feita no Brasil e sim no exterior. Após a constituição de 1988, ocorre a regulamentação do ensino superior. No qual se dá prioridade a construção de profissionais qualificados para atender o mercado (MARTINS, 2009).

⁷ De acordo com Iamamoto (2014), a reação católica é a reformulação das atividades políticas e religiosas da Igreja Católica, a fim de recuperar sua hegemonia e prerrogativas no Brasil.

responsáveis do lar, e algumas vezes essas também eram responsáveis por completar a renda familiar, assim como o trabalho infantil (IAMAMOTO, 2006).

Segundo a referida autora:

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (2006, p.167).

Conforme apontado por lamamoto (2014), o processo de industrialização empregou muitas pessoas, no entanto os trabalhadores não tinham condições de trabalho adequados. Tendo que trabalhar por longos períodos, sem remuneração apropriada ou folga e por mais que muitas pessoas fossem empregadas, a quantidade de pessoas superava a quantidade de empregos, formando assim, um exército de reserva e gerando alguns problemas sociais.

O aumento populacional nas áreas urbanas do país nas décadas de 1929 e 1939, devido ao êxodo rural, estimulado por falta de emprego no campo, fez com que a população mudasse para zona urbana, em busca de melhores condições de vida. Porém, os centros urbanos eram destinados para elites e empresas, afastando os trabalhadores para as áreas periféricas, foi nesse contexto social e econômico que potencializou o surgimento do Serviço Social no Brasil.

No ano de 1932 é criado o Centro de Estudos e Ações Sociais (CEAS), futuramente, essa instituição irá servir como base de sustentação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. A educação era voltada para o ensino de jovens católicas e ações de cunho beneficente, tinha ainda como fim a propagação das ideias e a ação social da igreja, que era mantido por doações e associações, registro de lamamoto (2006).

O CEAS tinha como objetivo educar seus integrantes pelo viés da igreja, ou seja, a partir da doutrina social, se aprofundando do novo termo encontrado pela sociedade “questão social”. No entanto, seu início oficial será a partir do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” (ibidem, 2006) que foi

desenvolvido pelas Cônegas de Santo Agostinho, para qual fora convidada *Mlle. Adèle Loneaux* da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas⁸.

As mulheres da elite idealizavam a atividade de assistência, já que tinha um ideal muito paternalista no qual a mulher era responsável por manter a ordem moral e social, voltada para atividades educativas e caridosas, ou seja, a atividade de assistente social era vista como algo de vocação natural da mulher.

Em 1933, segundo Iamamoto (2006) ocorre a Primeira Semana de Ação Católica, que é um modo de intensificar as atividades de formação técnica especializada na área da ação social. Já em 1935, é criada a lei nº 2497 de 24 de dezembro de 1935, que foi uma das primeiras iniciativas que regulamentar as atribuições e competências do departamento de Assistência Social do Estado.

Essa regulamentação tinha como objetivo de administrar os serviços de assistência e proteção social, criar uma ligação com a ação social do Estado, ou seja, melhorar a articulação entre público e privado, distribuir verbas governamentais para ação social e cadastrar as instituições particulares.

Fazendo uma comparação entre a lei que regulamentava as atividades do Departamento de assistência Social do Estado com a Lei de regulamentação da Profissão na contemporaneidade. Enquanto a primeira está relacionada a caridade, a segunda tem ligação direta com a garantia de direitos. Isso mostra o quanto ao logo do processo de formação profissional ocorreu a evolução dos ideais. Deixando de ser ligado à Igreja e passando a ter teorias e valores emancipatórios e de equidade.

Em 15 de fevereiro de 1936, a primeira escola de Serviço Social é inaugurada, com um viés voltado ao conservadorismo católico, essa perspectiva tem como mote de análise da questão social, o ponto de vista da Igreja, que a pensava a partir de uma forma individualista e moral, ou seja, a base de ação profissional para responder à questão social era individualista, psicologizante e moralizador da questão, (ibid, 2006).

⁸ Retomo a informação neste item por entender que ela é importante para a compreensão do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

Ademais, mediante a necessidade de o Estado enfrentar as demandas da questão social, este acabava investindo na profissionalização do assistente social, ampliando, assim, os espaços socioocupacionais de atuação.

Em 1938, é realizada a Seção de Assistência Social, que tinha como objetivo, segundo Iamamoto (2004) procurar métodos e meios de organizar a vida dos indivíduos. Nessa seção foi definido o método Serviço Social de Casos Individuais, ou seja, o indivíduo era estimulado a participar das atividades e projetos que estavam relacionadas com seu tratamento, esse era uma maneira de readaptação ao meio social, era também dado um auxílio material para facilitar essa adaptação. Como observado a criação da primeira escola de Serviço Social, não foi iniciativa exclusiva da Igreja, também teve interesse do Estado.

O CEAS é construído a partir de dois grupos o de Ação Católica e o outro de Ação Social. A partir disso podemos notar que tanto a criação como as atividades do assistente social buscavam atender as demandas no mercado, incluindo tanto o Estado, como a Igreja, e as Empresas. As escolas começam a se filiar a outros departamentos. Como é observado abaixo:

A Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro se dá a partir do convênio firmado entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, em 1939, para organização de Centros Familiares. Essa demanda terá reflexo a introdução no currículo da Escola [...] (IAMAMOTO, 2006, p.177).

As demandas atribuídas aos assistentes sociais foram de suma importância para a construção profissional, essas demandas, segundo Iamamoto (2006) estão relacionada ao contato direto com os operários das fábricas, instruções para as donas de casa e visitas nas moradias dos trabalhadores, a partir dessas visitas, as assistentes sociais criavam documentos que relatavam essas visitas, esses documentos serão utilizados como estudo, o que auxiliará nos processos de atualizações teóricas, no qual une os preceitos da Igreja (no surgimento da profissão) até os estudos envolvendo ideais marxistas, isso ocorre após a laicização do Serviço Social.

Toda a construção sócio histórica da profissão mostra as superações que o Serviço Social teve que enfrentar para garantir uma perspectiva crítica e

progressista, ante o conteúdo doutrinário das primeiras escolas de Serviço Social totalmente funcionais as necessidades do Estado e das empresas. No contexto atual, por mais que ainda nos deparemos com influências religiosas e perspectiva conservadoras no interior da formação, é possível vislumbrar as lutas que as nossas entidades representativas travam no intuito de garantir um projeto de formação a partir da defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

O Rio de Janeiro era o maior polo industrial do nosso país, no entanto, devido à necessidade de área para expansão do mercado, as empresas se transferem para São Paulo. Essa mudança de eixo industrial impacta na estruturação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo. Além desses aspectos, havia algumas diferenças de abordagens entre as duas escolas do ponto de vista das atividades de assistência, o Rio de Janeiro estava vinculado mais ao Estado enquanto a escola de São Paulo era mais influenciada pela igreja católica.

Tais diferenças se expressavam pelas posturas políticas adotadas pela igreja católica nessas duas cidades. Do lado do Rio de Janeiro havia uma compreensão de que o Estado deveria regulamentar as atividades da ação social da igreja, enquanto a Igreja de São Paulo queria disseminar a fé cristã através da juventude feminina católica e com a Ação Social Católica⁹, sem regulamentação do Estado.

Entretanto, ao se tratar da intervenção do Estado, a Ação Católica deixa bem claro que essa intervenção ocorreria de forma limitada, ou seja, as atividades do Estado participariam da Ação Católica apenas para legitimar suas atividades, isso significava ampliar o campo para as atividades particulares, ou seja, ampliar o campo de disseminação da fé cristã.

No período de surgimento da escola de Serviço Social do Rio de Janeiro foi reconhecido as atividades que precederam a formação, ou seja, segundo lamamoto (2006) as obras de caridade que eram vistas com certa “beleza”, vão

⁹ O marco da introdução do Serviço Social na região carioca se deu em 1936, a partir da primeira semana de Ação Social do Rio de Janeiro.

ser denotada de pouca eficiência, já que correspondiam ao um ciclo vicioso e que a falta de informação doutrinária e técnica foi incapaz de quebrar.

Para quebrar o ciclo de “caridade” houve a mudança de metodologia no qual se passou a utilizar novos mecanismos que a ciência disponibilizava. Haja vista que antes se utilizava uma metodologia orientada por uma perspectiva doutrinária, com um viés religioso. A partir desse movimento se ampliou os investimentos relacionados com criação de novas instituições, incentivo a pesquisa e principalmente investimento do governo federal. Isso fez com mudasse um pouco a ideia ligada ao vocacional para mobilizar também conteúdos envolvendo a ciência.

Em 1940, com investimento do governo federal é instituída a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil. Nesse mesmo ano abrem-se mais Escolas de Serviço Social em outros estados.

Vale ressaltar que a consolidação da profissão de Serviço Social se materializou a partir da vinculação com o Estado para responder as demandas do capital, capital esse que cria e reproduz a questão social.

Outro ponto importante, segundo Iamamoto (2006), é que as primeiras escolas buscaram ligar o processo de formação e o exercício profissional, fazendo isso para melhor instrumentar seus alunos na busca das respostas às demandas do cotidiano profissional.

A pós-graduação em Serviço Social surgiu em 1971 e teve sua expansão vinculada a um processo desencadeado após o Movimento de Reconceituação, no qual se ampliou a necessidade de busca pelo conhecimento, aprofundamento das bases teóricas, renovação da profissão, o que também atingiu o ensino e a pesquisa.

A importância da pós-graduação para o Serviço Social brasileiro se dá devido ao aumento de produção teórica específica da nossa profissão, ou seja, livros, revistas com debates mais relacionados a ação profissional e que contribui para o fortalecimento das lutas sociais. Outro fator que impulsiona o curso de Serviço Social como área de conhecimento, é o Encontro Nacional de pesquisadores (ENPESS), criado em 1996 e os grupos temáticos de pesquisa (GTPs), que foram implementados em 2009.

Essa produção de conhecimento vai servir tanto para a atuação no Brasil, como fora dele. O desenvolvimento das pesquisas, por exemplo, estabelecerá um diálogo com as ciências sociais, no entanto, esse diálogo, não será limitado apenas com as ciências sociais brasileiras, mas também com exterior, dando assim reconhecimento no âmbito interdisciplinar da ligação das ciências sociais e humanas.

Hoje, no Brasil, segundo Silva (2016), existem 35 programas de pós-graduação, em sua maioria os investimentos ocorrem na esfera pública, a pós-graduação em Serviço Social é acadêmica e não profissionalizante, sendo assim, não há mestrado e o doutorado profissional na área.

O Serviço Social foi reconhecido pelos órgãos de fomento CNPq e CAPES, a partir dos anos de 1980, como área de conhecimento, esse reconhecimento foi alcançado devido ao desenvolvimento dos Programas de pós-graduação.

No contexto atual, Silvia (2016) apresenta que a pós-graduação vivencia a interlocução de um debate gerado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS,) tal interlocução colabora para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social cujos objetivos são: revigorar os programas dos cursos *stricto sensu*; debater o Plano Nacional de Pós-Graduação. “[...] pensar a Pós-graduação como um legado da pesquisa, da formação para discentes, docentes e da produção do conhecimento, comprometido com os valores fundantes do Projeto Ético-Político da profissão.” (SILVA, 2016, p.38)

A ABEPSS tem um papel muito importante tanto para a graduação, como para pós-graduação, pois a partir do momento que se fortalece a pesquisa ocorre também o fortalecimento da formação profissional e resistência ao processo de contrarreforma da educação.

3.2 As perspectivas (neo) conservadoras na formação de Serviço Social na contemporaneidade

A formação em Serviço Social, mesmo após o processo de ruptura ainda possui traços de conservadorismo. Conservadorismo esse que estar enraizado

tanto na formação profissional, na prática na divisão sociotécnica do trabalho, nas respostas a questão social e na ideia de profissão subalterna as Ciências Sociais. Mesmo depois do Congresso da Virada em 1979, no qual se deu início as discussões sobre o projeto ético-político e o Serviço Social passou a se articular com os movimentos sociais e aos partidos políticos¹⁰, no qual reafirma o compromisso ético político da profissão. Essa vivência com o conservadorismo se dá devido ao avanço e a sua reatualização.

O Serviço Social não pode ser analisado em si, mas no processo das relações sociais, ou seja, inserida na sociedade capitalista. Como aponta Yazbek:

a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista (2009; p.03).

Com isso devemos entender que o trabalho do Serviço Social tem uma ligação direta com os interesses das classes sociais, buscando atender o capital, o Estado e ao proletariado, garantindo a efetivação dos direitos, no qual a atuação do assistente social ao defender a classe trabalhadora se utiliza respaldado no código de ética profissional.

Devemos lembrar que as mudanças societárias influenciam diretamente na trajetória profissional do Serviço Social, ora sendo conservador, ora buscando a ruptura com o conservadorismo. Essas mudanças não ocorrem de forma linear, devido a influências políticas, ideológicas e econômicas.

Tanto a construção do currículo mínimo, como as diretrizes curriculares, surgiu num processo contraditório do ensino superior, devido ao contexto social e político da época, ou seja, a ditadura militar, a ditadura teve seu fim em 1985, no qual o ensino superior respondia a padrões neoliberais, para a formação dos novos profissionais.

A partir da aproximação a perspectiva marxista, a categoria de assistentes sociais começa a se entender como classe trabalhadora, surgindo daí o sindicato, o sindicato junto com os conselhos regionais e federais de

¹⁰ Partidos que apoiavam ideias anticapitalistas.

assistências social e o movimento estudantil de Serviço Social, são as principais agentes de transformação da profissão.

Nos anos 1990, com o fortalecimento dos padrões neoliberais, ocorre uma diminuição do avanço do projeto profissional, atenuação das lutas coletivas, principalmente as lutas da classe trabalhadora, há um aumento da mercantilização e da privatização do ensino superior, crise do sistema capitalista, gerando maiores expressões da questão social e irradiação de teorias pós-modernas.

Falamos da “reatualização do conservadorismo dentro do campo de formação de Serviço Social, não pode ser encarado como lamento, mas como um processo gerado e alimentado pelo próprio capital”, segundo (BOSCHETTI, 2015, p.637). A partir disso devemos destacar que ele nunca esteve ausente na profissão e se fortaleceu e avançou no tempo presente por determinações societárias.

Podemos destacar alguns traços do conservadorismo como o metodologismo que defende que a técnica e o positivismo superam a análise crítica e as lutas coletivas, Boschetti (2015).

Ainda segundo a referida autora,

isso significa que a análise crítica pode ser substituída por uma “boa técnica”; outro traço do conservadorismo é o teorismo acrítico” traço conservador e se caracteriza como conceituação operacional e adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais” [...] temos também o “aligeiramento formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo” (2015, p. 648-649).

Isso significa que diminui o processo de pesquisa e formação, que é funcional para capital, já que terá um profissional “capacitado” em menor tempo, no entanto, não é levado em consideração a qualidade dessa formação; outro traço é o pragmatismo que tem como base a filosofia utilitarista, ou seja, o resultados tem que ser dados de forma imediata, fazendo com que o profissional separe a teoria da prática; o voluntarismo é outro traço conservador, é fortalecido pela ausência de leitura, estudos de base teórica, o que favorece a uma ação pragmática; e por último podemos destacar o contentamento com o possibilíssimo outro traço conservador, no qual o

profissional se acomoda com as mudanças do capital, já que essas mudanças traz algumas “melhorias sociais”.(BOSCHETTI, 2015).

O conservadorismo, segundo Boschetti (2015), é algo que deve ser analisado, pois a partir do momento que é estudado é possível destruir alguns paradigmas, que muitas vezes, são usados como algo real.

O Serviço Social tenta sobrepor o conservadorismo através de lutas coletivas, no entanto, dentro da categoria de assistentes sociais ainda está dividida em dois grupo, um que é conhecido como a vanguarda profissional, que defende o Projeto Ético-Político e o outro é a base de assistentes sociais que estão desconectadas profissionalmente e politicamente do Projeto Ético-Político, ou seja, o avanço do conservadorismo justifica o aumento do distanciamento das assistentes sociais de base, isso significa a perda da ligação entre profissão e política que tem relação direta com o Projeto Ético-Político.

Lembrando que o conservadorismo não é algo exclusivo do Serviço Social, tomando como referência a educação (objeto de nossa análise neste trabalho), por exemplo, a partir do momento que ela é mercantilizada, ou seja, outros setores de formação também são afetados, via de regra, isso se dá por dois aspectos fundamentais do capital, primeiro pelo lucro gerado pela venda da educação e o segundo pela necessidade de mão de obra qualificada. Segundo Boschetti:

O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (2015, p. 639).

No campo econômico, Boschetti (2015) sustenta que a crise do capital estimula a valorização de políticas e medidas conservadoras, como por exemplo a diminuição do poder do Estado na regulamentação das relações econômicas, utilização de verbas públicas, para melhoria do capital bancário e industrial, além da privatização dos serviços públicos, como água e luz. Tudo isso fortalecido por ideais neoliberais, desde a década de 1970.

O conservadorismo é também alimentado pelo processo de contrarreforma do ensino superior, como aponta Boschetti, (2015, p.642): “As

tendências de mercantilização do ensino superior ganharam folego a partir dos anos 2000, com a aprovação do Protocolo de Bolonha ¹¹[...]"

É oportuno destacar que o Protocolo de Bolonha, tem como um dos objetivos padronizar o ensino superior, estabelecendo diretrizes curriculares que assegure um tempo cada vez mais reduzido para a formação e disciplinas para as graduações. Tem início nos países da Europa e se expande para outros locais do mundo. Antes estava relacionado apenas ao ensino superior e depois de seu sucesso passou a incluir a pós-graduação, atribuindo três anos para graduação, dois para o mestrado e três para doutorado (ibid,2015),

Ainda segundo Boschetti, (2015) reduzir a carga horária da graduação e pós-graduação possibilita uma maior quantidade de profissionais especializados, em curto espaço de tempo, essa redução aumentou a rotatividade dos alunos, ou seja, o aluno com mais de uma formação e especialização, o que é vantajoso para o capital cujas exigências é um profissional polivalente, outra vantagem para o capital é a redução do custo da formação profissional.

Em 2009, de acordo com Boschetti (2015), o Brasil começa a fazer parte do Fórum Político de Bolonha, no entanto, desde a década de 1990, o país já tinha ideias ligados a padronização, barateamento e aligeiramento¹² da formação, como pode ser observado já na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que entrou em vigor em 1997, a partir disso, se intensificou de um lado o processo de privatização do ensino e do outro o estímulo ao ensino de formação a distância¹³.

¹¹ Protocolo de Bolonha de 1999 objetivava formular um "Projeto de Reorganização do Ensino Superior na Europa" com o objetivo de "transformar a Europa na economia mais competitiva e dinâmica até 2010", a constituição do Fórum vislumbra nitidamente a expansão mundial de suas diretrizes, com vista a criar um sistema de ensino superior mundial estandardizado, de caráter global, para atender aos apelos da internacionalização da educação". (BOSCHETTI, 2015, p. 644)

¹² O aligeiramento da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital". (BOSCHETTI, 2015, p.648).

¹³ "De acordo com o mesmo Censo do Ensino Superior de 2013, o EAD conta com mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil e concentra aproximadamente 15% das matrículas de graduação" (Ibidem, 2015, p.646).

Devemos lembrar que o Protocolo de Bolonha de 1999, não afetou apenas a graduação, a pós-graduação também sentiu os efeitos, como a precarização do tripé, ensino-pesquisa-extensão, ou seja, a desvalorização do conhecimento já que o “importante” é preparar para o mercado de trabalho, retrocedendo ao tecnicismo e pragmatismo.

Na conjuntura atual, com a renovação do conservadorismo, ampliação da mercantilização do ensino, apoios governamentais para ensino em instituições privadas, como os programas FIES e PROUNI, além do aumento dos cursos de Serviço Social privados e de ensino a distância.

No próximo capítulo apresentaremos alguns aspectos da Política Nacional de Estágio em Serviço Social e como se deu sua elaboração.

4. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

4.1 Leis que regulamentam o estágio

Nesse ponto será analisado as leis que regulamentam o estágio, tendo como base a Política Nacional de Estágio, as diretrizes curriculares de 1996 e lei nº 11.788/2008, conhecida como lei de estágio.

Para entendemos a construção das diretrizes curriculares de 1996, é necessário voltar um pouco no tempo, lembrar um pouco do contexto do congresso da virada, a busca por superação do conservadorismo, o processo de ruptura e aprovação do novo currículo mínimo.

O congresso da virada, ocorreu no ano de 1979, em São Paulo, nesse período o Brasil passava por um processo de golpe civil-militar. Tem esse nome, pois foi no congresso que aconteceu a tomada da direção política, ou seja, a mudança da base social crítica do Serviço Social e pela tentativa de superação do conservadorismo através dos pensamento crítico marxista, nesse mesmo evento se reafirmou o compromisso político da profissão.

Nesse mesmo ano, aconteceu a XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social, atual ABEPSS. Na convenção foi aprovado o novo currículo mínimo, que futuramente levaria o nome de currículo de 1982, porque foi o ano que teve sua aprovação pelo Conselho Federal de Educação.

Esse currículo foi elaborado coletivamente, sob a direção da ABEPSS e participação do ENESSO e do movimento estudantil. Por mais que sua aprovação tenha sido feita no ano de 1982, através da Resolução nº 6, de 23 de setembro de 1982, sua implementação, só ocorrera no ano seguinte. O currículo mínimo tem o objetivo de estabelecer a quantidade mínima de conteúdo e o tempo de duração do curso de Serviço Social.

É considerado um dos primeiros esforços para romper com os traços do conservadorismo, como o tecnicismo, o pragmatismo, a instrumentalidade, influências norte-americanos, ou seja, ideais positivistas.

A partir do ano de 1996, foi criado as diretrizes curriculares, que reúne o novo projeto pedagógico e político do profissional de Serviço Social. Dentro dele se tem os princípios do estágio supervisionado, esses princípios um se

refere a autonomia universitária, no qual a instituição de ensino é responsável por regulamentar o processo de estágio e o outro princípio é regular a relação de estágio supervisionado ou obrigatório com o mercado de trabalho, no entanto esse não pode haver vínculo empregatício.

Tanto a construção do currículo mínimo, como as diretrizes curriculares, surgiram num processo contraditório do ensino superior, devido ao contexto social e político da época, ou seja, a ditadura militar, a ditadura teve seu fim em 1985, no qual o ensino superior respondia a padrões neoliberais, para a formação dos novos profissionais.

A partir da introdução do marxismo, a categoria de assistentes sociais começa a se entender como classe trabalhadora, surgindo daí o sindicato, o sindicato junto com os conselhos regionais e federais de assistências social e o movimento estudantil de Serviço Social, são as principais agentes de transformação da profissão, essa união faz com que o curso de Serviço Social, rompa com os padrões neoliberais, mesmo em um período ditatorial.

Nos anos 1990, com o fortalecimento dos padrões neoliberais, ocorre uma diminuição do avanço do projeto profissional, atenuação das lutas coletivas, principalmente as lutas da classe trabalhadora, há um aumento da mercantilização e da privatização do ensino superior, crise do sistema capitalista, gerando maiores expressões da questão social e irradiação de teorias pós-modernas.

Na conjuntura atual, com a renovação do conservadorismo, ampliação da mercantilização do ensino, apoios governamentais para ensino em instituições privadas, como os programas FIES e PROUNI, além do aumento dos cursos de Serviço Social privados e de ensino a distância, o que acaba mudando o perfil das futuras assistentes sociais, as diretrizes curriculares – 1996, sofrem grandes ameaças, tendo em vista que as diretrizes defende a perspectiva de emancipação da classe trabalhadora e reafirmação dos direitos sociais.

É necessário lembrar que ao decorrer da formação ética do Serviço Social é possível apresentar duas perspectivas éticas, uma vinculada ao Serviço Social Tradicional, com valores conservadores, hierárquicos, de repressão e disciplina, tendo como base ideais positivistas, conhecido como

ética profissional/conservadora e a outra está vinculada ao processo de ruptura que o Serviço Social passou a partir dos anos 80, com a introdução teórica de Marx, esse com valores emancipatórios como liberdade, plena expansão dos indivíduos sociais, democracia, cidadania e equidade. Essas são características da ética de ruptura/emancipatória.

Com isso a atitude do assistente social tem que ser embasada em projeto profissional e ético para viabilizar os direitos dos usuários. Esse projeto ético não pode ir de encontro com os direitos humanos por mais que a atuação do assistente social sempre está ligada as necessidades do Capital e do Estado em responder as questões sociais, devemos lidar em nosso cotidiano com a ruptura do imediatismo e da superficialidade.

Discutir a dimensão política do trabalho do assistente social. É falar dos desafios e dificuldades do cotidiano dos profissionais de Serviço Social, destacando a necessidade de embasamento teórico e contínuo para balizar ações profissionais.

O Serviço Social Contemporâneo convive com o Tradicional. O primeiro com valores éticos emancipatórios e de ruptura, com apropriação teórica e crítica e o segundo com valores éticos conservadores, ambos construídos na história da profissão. Partindo do entendimento ético como *práxis* humana (SILVA; 2016; p.184) e que reflete na forma de agir profissional.

Depois dessa retomada histórica sobre a construção das diretrizes curriculares, é importante lembrar que as diretrizes serviram para diminuir a influência do Serviço Social Tradicional, representa um avanço na construção do projeto pedagógico.

A Política Nacional de Estágio será analisada conjuntamente com a Lei do Estágio, pois ambas possuem itens importantes para regulamentação do estágio obrigatório e tem aspectos para instrumentalizar o estágio.

A lei do estágio¹⁴ foi uma importante conquista para a regulamentação das atividades estudantis fora da instituição de ensino e dentro do ambiente de

¹⁴ Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de

trabalho. Tem como objetivo definir, classificar as relações de estágio, passando os direitos e deveres tanto da instituição de ensino, como a instituição de atuação do estagiário. Segundo dispõe a referida Lei:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Como observado no artigo 1º que trata da definição, classificação e relações de estágio, há a definição do mesmo como a “preparação para o trabalho produtivo” (IDEM, 2008). Contudo, o estágio não é apenas a preparação, ou prática, no estágio que se encontra a união da formação e o exercício profissional, isso quer dizer que: “como os profissionais não têm clareza teórica do que seja prática e do que seja teoria, associam-nas a mercado de trabalho e formação, respectivamente” (SANTOS, 2013, p.94).

Em outro momento a lei atribui como objetivo do estágio “[...] o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Lei nº11.788/2008, Art. 1º § 2º), a meu ver, isso é um pensamento conservador do estágio, que restringe, muitas vezes, a compreensão do aluno sobre as possibilidades do estágio, reafirmando tal processo como um “aprender a fazer” negando as mediações de interação, descobertas, potencialidades e proposições que as experiências de estágio podem proporcionar aos estudantes.

Após esclarecer sobre o estágio e sua importância para o trabalho, a lei define as regras para o cumprimento do estágio, no qual é necessário o aluno está devidamente matriculado para poder exercer determinada função. Divide-se o estágio em duas categorias uma obrigatória e o outro não-obrigatório, ambos com regras específicas e não constitui vínculo empregatício.

O estágio não-obrigatório é remunerado, e é uma “atividade opcional, acrescida a carga horária regular e obrigatória.” (Lei nº11.788/2008, Art. 2º §

dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (BRASIL, 2008).

2º). Já o estágio obrigatório, faz parte do projeto pedagógico do curso, nas palavras da lei: “estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.” (Lei nº11.788/2008, Art. 2º § 1º).

É importante destacar que ambos têm muita importância para a formação. No caso do estágio não obrigatório, além dos aspectos citados, ele auxilia na manutenção da sua vida acadêmica, já que muitos ou estudam em instituições privadas, tendo que pagar alguma taxa ou até mesmo uma mensalidade. Em relação ao ensino público, muitos estudantes recorrem a esses estágios para se manter nas universidades, uma vez os recursos para bolsas de estudos estão cada dia mais escassos e a condição socioeconômica dos estudantes que acessam a universidade, é outro fator que direciona os alunos na busca a essa modalidade de estágio.

No Art. 3 da lei estabelece as regras para efetivação do estágio obrigatório e do não-obrigatório, podemos destacar a “compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso”, a importância desse termo se dá pois é nele que o estagiário pode denunciar sobre o desvio de função.

Nesse mesmo artigo também é estabelecido a obrigatoriedade do supervisor de campo e de estágio, para o estágio obrigatório. “O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente” (Lei nº11.788/2008, Art. 3º § 1º).

A lei regulamenta sobre o plano de estágio ou plano de atividades do estagiário, no qual defende que deve ser acordado pelas três partes (instituição de ensino, instituição de estágio e o estagiário) e o estagiário deve ser avaliado no decorrer do estágio.

É estabelecido que o estágio no ensino superior não pode passar da carga horária semanal de 30 horas e nem de 6 horas diárias, nos cursos que alternam a jornada de teoria e prática poderá ter jornada de 40 horas semanais. O aluno de Serviço Social tem como limite de 30 horas semanais de estágio e 3 horas/aula semanais de supervisão acadêmica e a quantidade de

estagiários por supervisor de campo depende da quantidade horas de trabalho na instituição.

Em Serviço social se estabeleceu a união da Lei de estágio com o Plano Nacional de Estágio (PNE) e a lei de regulamentação do trabalho do assistente social (Lei nº 8662 de 7 junho de 1993) para balizar a atuação profissional.

A PNE na área de Serviço Social foi elaborada em 2009 pela ABEPSS, que se deu pela necessidade de regular os processos de ensino de teoria e prática contido na formação profissional do assistente social. É um instrumento para defesa do ensino em Serviço Social, mediante a precarização do ensino superior, além de ser um modo de aprofundar a efetivação do estágio supervisionado, fazendo a ligação entre as diretrizes curriculares de 1996 e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Em concordância com isso:

A ABEPSS delibera por traçar uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social (PNE- ABEPSS, 2010, p. 1)

Nele também é destacado a necessidade de indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, para um estágio de qualidade que ver essa unidade entre as dimensões, não limitar o estágio a dimensão operativa.

Como já abordamos em capítulo anterior, atualmente, a partir do processo de aligeiramento da formação, que tem como um dos seus traços o conservadorismo, que tenta colocar a prática em Serviço Social como mero instrumento tecnicista. Essa perspectiva fica mais evidenciada nas instituições de formação privada e EAD, que na maioria das vezes visam tão somente o lucro, sem grande preocupação com uma formação pautada nas dimensões supracitadas.

Segundo Lewgoy (2010), o estágio é o momento em que o aluno deverá colocar em prática o que aprendeu, ou seja, articula exercício e formação. Isso será importante, pois vai gerar produtos, serviços e informações, nessas informações estarão contidas algumas experiências, na qual será somada com as vivencias coletivas de sala de aula. É necessário entender que dentro do

estágio o desafio é dar visibilidade aos processos sociais contemporâneos, tendo em vista que esses processos ocorrem no cotidiano e se reproduzem de forma indefinida, ou seja, se apresentam de forma superficial e difusa, causando falsas impressões e levando até mesmo a uma intervenção errônea, se não for analisada corretamente.

Ainda segundo a referida autora, “a construção de uma profissão não pode ser confundida com a preparação para um emprego, uma vez que o trabalho do assistente social não se limita à realização de um leque de tarefas” (ibidem, 2010, p.30), ou seja, é importante compreender, que a formação em Serviço Social não é um mero conjunto de disciplinas para preparar o indivíduo para conseguir um diploma e ser inserido no mercado de trabalho. Ocorre toda uma preparação e fundamentação vinculada ao projeto ético-político, código de ética, tendo o suporte nos instrumentos como teórico-metodológico e técnico-operativo, além da lei de regulamentação da profissão que baliza as atribuições e competências do assistente social.

A teórica sozinha não desenvolve um bom profissional, é necessário todo um processo de pesquisa, de debate, de aprofundamento, ou seja, tem que analisar, ter reflexões e a partir disso se conclui o processo com a síntese, isso significa que é necessário um tempo para processar as informações ao ponto de potencializá-las, no entanto, quando esse processo ocorre de forma rápida, há a fragmentação do conhecimento, limitando a formação profissional. Em concordância com isso aponta Lewgoy:

Ocorre, então, que a velocidade do conhecimento tem dificultado o acesso aos momentos de análises, de reflexões e de sínteses. O tempo necessário para sedimentação do conhecimento, é um elemento que potencializa e limita a formação profissional (2010; p.35).

Lewgoy (2010) acrescenta que o aluno é um sujeito coletivo, no qual foi criado em uma sociedade com padrões e necessidades já estabelecidas socialmente, esse sujeito traz consigo uma experiência de vida, isso quer dizer, o indivíduo já possui um conhecimento produzido no ritmo da realidade.

No entanto, a contrarreforma do ensino, no qual limita ao acesso à educação de qualidade, prejudicando assim o aluno em seu ensino, até mesmo

no ensino básico, como no entendimento das leituras e no hábito de escrever, às vezes o mesmo tem dificuldade de escrever e interpretar textos, e a situação se torna mais crítica, quando colocamos em foco o aluno trabalhador, pois esse ainda tem um tempo reduzido para o ensino e aprendizagem. Isso demonstra o quanto a educação no Brasil é colocada em segundo plano.

Essa dificuldade na aprendizagem ocorre devido a precarização do acesso ao ensino, o que está relacionado diretamente com sua condição de classe, o que faz buscar outras maneiras e métodos para sua sobrevivência.

O próximo ponto, veremos mais algumas características do estágio supervisionado na formação em Serviço Social.

4.2 O estágio obrigatório de Serviço Social da UFRN limites e possibilidades

Conforme já exposto no decorrer deste trabalho o estágio é o processo pedagógico para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, no qual insere o aluno de Serviço Social, na realidade de um espaço sócio ocupacional do assistente social.

O estágio obrigatório pressupõe uma supervisão direta, ou seja, com relação ao acompanhamento do supervisor de campo e acadêmico, a partir do estágio o aluno conhecerá os limites e possibilidades da profissão, sendo capaz, assim, de responder de diferentes maneiras as expressões da questão social.

O supervisor acadêmico ou de estágio, é o docente, ou seja, tem como premissa a responsabilidade de ser professor e supervisionar. Têm como atribuições, segundo a PNE:

[...] orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (PNE-ABEPSS, 2010, p. 19)

Portanto, orientar e avaliar o aprendizado do estagiário, sistematizar o conhecimento, orientar e indicar referências, acompanhar a construção do

diário de campo, manter sigilo em relações os dados do diário de campo, relatar alguma irregularidade sobre a atuação dos campos, realizar visitas na instituição de estágio, deve manter relação direta com o supervisor de campo para melhor acompanhar o aluno, nesse processo de afirmação do conhecimento.

O supervisor de campo, têm como atribuições certificar se a área de estágio pertence a área do serviço social, auxiliar o estagiário na inserção do campo do estágio, acompanha-lo, orienta-lo e avalia-lo. Todas essas atribuições estão em conformidade com o plano de estágio, o projeto pedagógico da instituição de ensino, com a lei de regulamentação da profissão e com a lei de estágio.

Já as atribuições definidas para o estagiário pela PNE:

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (2010, p. 20)

Mediante o exposto, faz-se necessário apresentar os princípios que norteiam a política de estágio em Serviço Social na UFRN, identificando as características que o particulariza e a aplicabilidade da Política Nacional de Estágio.

Os princípios das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFRN são orientados por dez princípios gerais que norteiam todo o projeto pedagógico, a saber:

A flexibilidade da organização curricular, no qual é pensado devido às particularidades de cada aluno, ou seja, a vida acadêmica deve se adequar a rotina do discente, fundamentalmente a partir da realidade dos discentes que trabalham e estuda, e não tem muito disponibilidade de tempo para se dedicar as atividades da universidade. Nesse contexto a flexibilidade auxilia o aluno, pois não restringe o ensino apenas a sala de aula, dando a oportunidade de o discente ter acesso a outras metodologias de ensino como oficinas, seminários temáticos, seminários integrados, atividades de interdisciplinaridade,

participação de eventos científicos, entre outros, fazendo com que o aluno conheça as múltiplas áreas de abordagem do Serviço Social, dando oportunidade de aprofundamento nas áreas de seu interesse.

Ademais, como aponta Nicolau, (2015).

[...] a organização dos conhecimentos nas estruturas curriculares dos Projetos Político-Pedagógicos deve criar condições para atender aos vários aspectos, envolvendo interesses científicos, políticos, culturais e artísticos da formação dos alunos. (p.78)

O segundo princípio é o rigor no trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, quer diz aprender a teoria para conhecer a realidade do exercício profissional. Lembrando que a teoria não se transforma de imediato em prática.

O terceiro é a teoria social crítica que enfatiza as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, pode destacar que seu objetivo é aprofundamento teórico para conhecer e desvendar a realidade que vai intervir.

Isso significa que no decorrer da graduação, com aprendizagem da teoria, pesquisas e investigações, se constrói um aparato para uma futura intervenção, ou seja, o assistente social só pode intervir se conhecer a realidade.

O quarto princípio é atenção a realidade regional e local, o que faz o profissional capaz de compreender as dimensões das particulares e singulares.

O quinto princípio descreve a indissociabilidade nas dimensões de ensino pesquisa e extensão, no qual a UFRN disponibiliza Núcleos Temáticos do Fazer Profissional, tanto para orientação de estágio, como pesquisa e até o trabalho de conclusão de curso. Essas orientações podem ocorrer tanto de forma individual como em grupo. Os supervisores trabalham a política de estágio, inserindo debates, orientando sobre os desdobramentos do processo da formação profissional. Tem como objetivo orientar os estagiários a dimensão teórica, na construção dos documentos como projeto de intervenção construção dos cenários institucionais.

A orientação individual busca tirar as dúvidas específicas do espaço sócio ocupacional do estagiário, já as orientações de grupo servem para

compartilhar as experiências vivenciadas no estágio. Isso vem a cooperar com a construção do projeto ético-político profissional, já que nesses encontros cada estagiário mostra as suas dificuldades e cotidiano e como em sua maioria cada discente possui um espaço sócio ocupacional diferente, amplia-se o conhecimento.

Outro princípio é a garantia de igualdade entre a graduação do horário da manhã e da noite, no entanto, a graduação de Serviço Social da UFRN só possui horário matutino e vespertino, o que dificulta o cotidiano do aluno que trabalha, já que vai depender da flexibilidade da empresa e da disponibilidade da disciplina no horário que está “livre”. Sempre levando em consideração a qualidade do ensino e os princípios que norteiam o projeto político pedagógico.

Há ainda a interdisciplinaridade, das áreas das ciências sociais como as demais áreas de conhecimento, no caso de Serviço Social, podemos identificar isso quando a disciplina de introdução do estudo do direito, filosofia e sociologia nas quais os professores não têm formação em Serviço Social, ou seja, “essa heterogeneidade de saberes subsidia o diálogo efetivo que a formação profissional de Serviço Social exige no processo de conhecimento do real” (NICOLAU, 2005, p.80).

O pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica é outro princípio que norteiam a base pedagógica da graduação de Serviço Social na UFRN, é importante ressaltar que a pluralidade da formação foi construída a partir das lutas e os seus contextos históricos.

Ademais, a ética profissional orientada pelo projeto ético político passa por toda a formação e relação dos indivíduos.

Portanto, conectados ao contexto sócio econômico e político na contemporaneidade as entidades representativas da profissão vêm aprofundando as estratégias ético políticas, teórico metodologias e técnico operativas a partir da construção coletiva desta Política Nacional de Estágio (PNE), visando a defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade cujo horizonte estratégico e a ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana.

Contudo, mesmo diante de uma política densa de componentes teórico metodológicos, ético políticos e técnico operativos, os desafios para a

materialização da política de estágio ainda surgem nas unidades de ensino, nos campos de estágio e entre os estagiários.

Mediante isso é que intentamos desenvolver uma pesquisa que pudesse ouvir um dos sujeitos principais dessa tríade, os estagiários. Assim, esse trabalho busca analisar a percepção dos discentes do sexto período do curso de Serviço Social da UFRN sobre os limites e possibilidades do estágio obrigatório para sua formação acadêmica.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS ENTREVISTADAS

Nome	Idade	Raça/cor/etnia	Naturalidade	Área de estágio
Alfazema	29	Negra	Ceará-mirim	Assistência
Bromélia	30	Negra	Pará	ONG
Cravo	22	Parda	Natal	Assistência
Erva-doce	21	Parda	Natal	Saúde
Hortênci	23	Parda	Cruzeta	Saúde
Iris	23	Parda	Senador Georgino Avelino	Educação
Jasmim	22	Parda	Natal	Saúde
Lavanda	21	Negra	Natal	Sócio jurídica
Margarida	22	Parda	Natal	Sócio jurídica

Fonte: pesquisa direta.

Indagadas sobre a compreensão acerca do estágio obrigatório Bromélia, Lavanda e Alfazema apontaram que:

O estágio obrigatório, eu entendo que faz parte do nosso currículo da universidade, pra gente compreender mais da prática. A prática profissional, relacionado ao nosso curso, é, no campo, saber as ferramentas, o jeito que vai atuar, aprender, esse tipo de coisas.
(BROMELIA, 2017)

É difícil essa pergunta, porque inicialmente você não tem nenhuma noção de como seria, apenas um estágio que vai lhe proporcionar, digamos assim, uma visão como seria a sua atuação logo após a saída da universidade. Você entender como é que vai ser suas atribuições, suas competências. Entender seu espaço sócio-ocupacional, porventura quiser, no caso, seguir carreira no estágio que está inserido. É só para proporcionar experiências (LAVANDA, 2017)

[...]é o estágio justamente para gente ver como é a prática, a prática profissional, para gente ter uma noção. Porque muita gente diz ai a teoria é uma e a prática é outra, aí no estágio obrigatório você tendo a participação você podendo ter o acesso ao estágio, aí você vai ver que as duas se interligam, que para você utilizar a prática é necessário que você entenda toda aquela base teórica (ALFAZEMA, 2017).

Como pode ser observado nas falas de Bromélia e Lavanda e Alfazema o estágio aparece como uma ferramenta que as instrumentalizará para a prática profissional, há, contudo, uma perspectiva de compreensão a partir do que Santos acertadamente afirma: [...] a prática social é reduzida a prática profissional que, por sua vez, é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção” (2013, p.14), ou seja, como não se entende as particularidades e singularidades da teoria e da prática, dificulta o entendimento da compreensão da prática profissional estabelecida no estágio.

Assim, o estágio não é apenas o campo a mais da prática, é uma relação de interação de tudo que já foi visto e vivido, é um momento de síntese do conhecimento e momento de aprendemos novas coisas, no campo também tem teoria, no campo temos que voltar as leituras e principalmente nos aprofundamos. Um exemplo é que na grade curricular temos a disciplina de Serviço Social e Saúde, no qual vemos como se deu a vinculação do Serviço Social nessa área, as dificuldades enfrentadas, quando vamos para estágio nessa área devemos retomar os estudos iniciados com a disciplina e pesquisar outros artigos e trabalhos para não se deter e não limitar nossa atuação, fazer uma atualização e uma revisão tanto da teoria como da prática para limitamos a nossa atuação com as dificuldades impostas no cotidiano.

Em relação de como foi feita a escolha do campo para estágio, uma das entrevistadas apontou:

Assim pra ser honesta, eu escolhi o campo de estágio mais por conta da proximidade com a minha casa. Primeiro ponto. Porque, como eu já tenho esse outro estágio pela manhã e a vida acadêmica requer muito, é complicado você morar, por exemplo, na zona norte e ter que fazer um estágio na Zona Sul. Coincidiu, sorte a minha, de ser um campo de estágio na área da assistência e ser no CREAS, que é média complexidade. Então não deixou a desejar, o fato de ser perto da minha casa (CRAVO; 2017).

Cravo relata que a escolha do estágio tem relação direta com o local de moradia, essa pareceu ser a alternativa mais viável dada as distâncias que a mesma tem que percorrer entre os estágios (remunerado e obrigatório, casa e faculdade). Posteriormente a possibilidade de ser na assistência traz alento, pois era a área que ela gostaria de desenvolver o estágio obrigatório. No entanto, outras alunas não tiveram a mesma possibilidade, e relatam até frustração como pode ser observado na fala de Iris:

Bem, foi por falta de opção, porque eu não teria condições de ir para outro lugar. Já que tinha aqui dentro da UFRN, eu optei por vir pra cá, mas infelizmente não era o que eu queria, mas foi o melhor a se fazer, até para eu poder dar conta. (2017)

Outra dificuldade encontrada no período de estágio é quando o discente precisa exercer outra atividade, além do estágio obrigatório, devido a necessidade de dinheiro para auxiliá-la financeiramente, como é o caso de Íris que teve que adequar os estágios, pois só conseguiria encaminhar as atividades do estágio obrigatório se fosse no mesmo local do estágio remunerado. Isso fez com que a aluna não tivesse muitas opções de campo, tendo que escolher conforme o local.

Quando questionadas se já haviam desenvolvido algum estágio em outro campo, sete das nove entrevistadas disseram já ter desenvolvido estágio em outro campo, mas na modalidade não obrigatório. Uma das entrevistadas que não teve a experiência aponta isso como limitador, pois para ela a possibilidade de estagiar em mais de um local e em áreas distintas podem influenciar na escolha do campo, conforme a mesma expõe:

A gente chega no sexto período, chega no período de estágio obrigatório, sem saber exatamente em qual área a gente quer atuar. A gente chega, a gente não conhece o campo de estágio, a gente não sabe a dinâmica daquele espaço, a gente estuda, mas não é o suficiente para conhecer a dinâmica antes de chegar no estágio. Então, quando a gente chega no estágio obrigatório, acaba que fica

nessa dúvida, se tem a ver com o que a gente realmente quer. (CRAVO; 2017).

Já Lavanda aponta a riqueza da experiência que a mesma vivenciava a partir da inserção em campos de estágio distintos, esse tipo de experiência se dá a partir dos estágios obrigatório e o não obrigatório que muitas alunas conseguem desenvolver a partir de seleções que sistematicamente acontecem e selecionam estudantes de Serviço Social.

Eu tô [sic] estagiando, [...] na defensoria e na SPM. Defensoria pela manhã. Posso falar minha experiência de lá. Pode? Minha experiência lá é riquíssima. Lá eu posso de fato ter o entendimento de como seria o atendimento com o usuário. Porque na SPM diferentemente, a gente não atende, diretamente, o usuário, a gente atende a coletividade, então, serviço social me proporciona isso. Deu entender as singularidades e tudo mais no atendimento (LAVANDA; 2017).

Indagadas sobre o conhecimento acerca da Política Nacional de Estágio, uma das entrevistadas afirmou:

Eu sei que a gente tem alguns direitos, assim no campo do estágio tanto ao lugar, que ele tem que ser um lugar capaz de realmente da gente ter, de proporcionar um bom estágio que a gente possa realmente aprender. Um dos princípios é esse, o outro é que a lei protege a gente contra algumas irregularidades possíveis que venha ter no campo de estágio, então ela serve pra [sic passim] dá essa cobertura pro estudante. É, mas tudo que é lei, pra mim, assim no papel é um pouco utópico, porque na realidade não acontece como tá escrito ali, muitas das vezes o campo do estágio não oferece, o profissional, que está lá, é incompreensivo e na verdade o estágio obrigatório é um fingimento, no meu ponto de vista, o profissional ele fingi que tá te ensinando e o aluno, ele fingi que tá aprendendo.[...] Então aqui o que tiver pra você aprender, você aprende e o que não tiver, você fica um pouco boiando [sic], em alguns momentos (BROMELIA,2017).

É possível identificar as dificuldades que a entrevistada apresenta em trazer alguns aspectos dessa política. Contudo, o que nos parece mais nítido é o pouco interesse da entrevistada em buscar se inteirar dos processos que cercam essa atividade. Ao afirmar que *“na verdade o estágio obrigatório é um fingimento, no meu ponto de vista, o profissional ele fingi que tá te ensinando e o aluno, ele fingi que tá aprendendo”*. Esse “fingimento” atribuído pela aluna, ao

nosso ver, nada mais é que uma banalização do processo, um modo de se colocar passivo diante dos desafios do real, e não perceber as inúmeras possibilidades que o campo de estágio pode possibilitar ao estagiário, desde que o/a mesmo/a esteja disposto/a a se aprofundar nas dinâmicas institucionais, na atuação profissional, na aproximação com os/as usuários e nos próprios limites e potencialidades que o estágio pode nos mostrar.

Ademais, para casos como este em que a entrevistada pareceu não manter um bom relacionamento com a supervisora de campo, é disponibilizado a/o aluna(o) a possibilidade de troca de estágio, já que na resolução CFESS Nº 493/2006 consta: “a instituição de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos[...] disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem[...]”, ou seja, caso o ensino assegurado em lei não esteja atendendo ao que preconiza a regulamentação, o estagiário pode solicitar a troca.

Além disso, os textos que discutimos tanto nos núcleos quanto nas outras disciplinas, pensamos ser a base sobre a qual devemos nos fundamentar para questionar, indagar, comparar, ou seja, nos instrumentalizar para não chegar, segundo o termo da aluna, “*um pouco boiando*”? É normal surgirem dúvidas e dificuldades em todo o processo de graduação e de estágio, mas é preciso relatar tais dificuldades aos supervisores, nesse caso já que a supervisora de campo, segundo narra a entrevistada, não dava espaço para retirar dúvidas, relatar situação a supervisora acadêmica e a partir disso sanar as dúvidas para compreender melhor a forma de atuação em campo.

Ratifica-se o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, com ênfase na prática. De acordo com Burriolla, (2001, p.13), “O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

É sem dúvidas um momento essencial na construção do perfil profissional do/a aluno (a), nesse sentido, deve ser realizado visando provocar na formação do mesmo um espaço de criticidade e aprofundamento em torno

dos conhecimentos e competências que o estágio pode potencializar. Reafirmando essa perspectiva a PNE define:

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários (as) (PNE, 2010, p. 15).

O/a aluno (a) que começa a atividade de estágio entende que o fato de não conhecer como são os procedimentos na instituição de estágio separasse a prática da teoria, ou seja, ele(a) tem a ideia que a formação serve para preparar para o estágio e para sua futura atuação profissional. Todavia a formação profissional não deve ser apenas para trabalhar, mas vai para, além disso, é a criação de um ser social crítico que tem em seus princípios éticos e políticos ideia emancipatórios e de equidade de direitos.

A pesquisa também abordou se as entrevistadas poderiam falar um pouco sobre a Política Nacional de Estágio, apenas uma afirmou ter lido a PNE e mesmo assim, superficialmente, alegou não ter tido tempo para se aprofundar nas leituras. Conforme pode ser observado nas falas abaixo:

“Não, não conheço.” (CRAVO; 2017)

Não conheço muito. Confesso que o contato que eu tive foi quando a coordenação passou para a gente, para a gente fazer a leitura. Passou também impressa, mas eu não me deti a ela e confesso, sei muito pouco (ERVA-DOCE; 2017).

Muito superficialmente. O que eu sei é que é uma lei que regulamenta questão de horas, como os profissionais devem se portar, como os alunos devem se portar, mas nada muito profundo (HORTÊNCIA; 2017).

Eu vim conhecer, tipo, essa semana que eu li algumas coisas muito superficialmente, não me deti assim, parar para ler direitinho (IRIS; 2017).

Eu vou lhe falar a verdade, essa política eu desde o semestre passado as professoras vêm comentando sobre ela, pra passar pra gente. Inclusive Edla passou essa política pra gente ler, fez com que a gente lesse, era um texto obrigatório, só que eu particularmente,

não li, eu vou ser sincera, o que conheço sobre a política é quando tem palestra aqui na UFRN, falando sobre o estágio, quando vem alguma pessoa pra falar sobre campo de estágio, sobre algumas irregularidades que possam ocorrer dentro do campo de estágio (LAVANDA; 2017).

“É a “lei protege a gente contra algumas irregularidades possíveis que venha ter no campo de estágio”. (BROMÉLIA; 2017)

Conforme pudemos observar nas falas a maioria não conhece a PNE, a aproximação foi pontual e ao que parece a apreensão se dá apenas pela via do caráter punitivo, sem aprofundamento. Mesmo aparecendo em alguns momentos como obrigatório, as alunas não mostraram interesse na leitura. Ademais, como observado, é bastante comum entre ao/as alunas/os confundir a PNE com a lei de estágio. Enquanto a primeira é um plano criado coletivamente, que não se limita apenas a definir horários, mas as atribuições e competências especificam do Serviço Social, a lei de estágio está para definir a relação de estágio independente da graduação.

Como analisa Lewgoy:

A identidade do assistente social a ser construída no processo de formação profissional, para o enfrentamento dos desafios históricos lançados na atualidade, apoia-se no tripé formado pelo domínio do saber teórico, pela apropriação da habilidade técnica e pela compreensão do caráter político das relações sociais, articulados pela dimensão ética, na medida que seu compromisso com o conhecimento se vincula a igual compromisso com a construção da cidadania. (2010, p.144)

A coordenação de estágio de Serviço Social na UFRN, a partir dessas dimensões caras a formação, criou um fórum, no qual é compartilhado as experiências de estágio na tentativa de articular campo, universidade, a partir da tríade aluno/a supervisor/a acadêmico e de campo. Esse tem sido um rico espaço de materialização e aprofundamento dos debates em torno dos desafios do campo de estágio, suas potencialidades, as experiências dos/as alunos/as, o conhecimento de áreas e campos de estágios, dentre outros.

Em relação as articulações entre os conteúdos abordados nas disciplinas do curso com a prática no campo de estágio. As entrevistadas assim expuseram:

Algumas pessoas vão dizer: a teoria é uma coisa e a prática é outra, mas eu vejo que tem essa relação entre as duas. E é a importante que tenha. (ALFAZEMA;2017)

A disciplina que fez com que eu compreender mais a prática do assistente social foi a de instrumentalidade e de ética, também, e de fundamentos pra [sic passim] você compreender a evolução dessa profissão no decorrer da história, mas o que mais me encantei foi instrumentalidade por que até então, eu era daquelas alunas que falam que teoria e prática eram coisas que não se misturavam e quando eu comecei a me debruçar sobre as leituras eu pude compreender que na verdade não é assim, são coisas que estão relacionadas e elas não podem ser separadas.[...] (LAVANDA; 2017)

Nas falas das entrevistadas notamos que a relação entre as disciplinas com a prática do campo de estágio se circunscreve a disciplina de instrumentalidade. Talvez devido a mesma deixar mais evidente as dimensões técnicas operativas das abordagens.

Já Erva-doce aponta os limites que a mesma vivencia no intuito de apreender tais articulações.

Eu ainda tô [sic] tendo uma dificuldade em perceber essa relação, porque quando a gente está no estágio visualiza mais dos instrumentos técnicos, a questão das ações profissionais de você orientar, encaminhar, mas pensar a teoria, a perspectiva teórica, assim, eu ainda estou tendo uma dificuldade para perceber isso.

A teoria é o que explica as ações no estágio, ou seja, as ações profissionais de encaminhar e orientar tem que passar pela teoria, pois é na teoria que entendemos e analisamos a reprodução das expressões da questão social. Como aponta Santos:

[...] a própria teoria explica por que as ações práticas dos homens não são os produtos idealizados no início do processo, mas sim os produtos reais, finais. A teoria ajuda a entender os fins e os meios como elementos que constituem esse processo. A teoria abriga a análise das experiências e o estudo das condições objetivas que indicam a necessidade e a possibilidade dessa práxis [...] (2013, p.39).

Questionadas sobre a articulação das dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, em seu campo de estágio algumas relataram que fazer essa relação tem sido uma tarefa difícil, como pode ser visto nas falas abaixo:

Olha, propriamente dita, assim, a teoria, por exemplo, na sala de aula, ela é trabalhada muito bem, mas quando a gente traz pra realidade ela não é efetivada dentro do meu campo de estágio, particularmente. O que eu vi dentro da sala de aula é muito pouco praticado pelas assistentes sociais do meu campo de estágio. Então assim, pra mim é muito difícil fazer uma associação, porque lá é o pragmatismo vivo, o que elas fazem (JASMIM).

Olha, no meu campo de estágio é bem diferente, eu não sei se é porque, pelo menos pra mim é um campo novo, tipo, eu estou na educação, então serviço social na educação pra mim, pelo menos pra mim é algo novo, então eu não consigo relacionar tanto as coisas que a gente ver na sala de aula no campo de estágio. Pra mim fica mais nítido na assistência, na saúde também, mas na educação tem essa dificuldade. (IRIS, 2017).

Eu ainda tô [sic] tendo uma dificuldade em perceber essa relação, porque quando a gente está no estágio visualiza mais dos instrumentos técnicos, a questão das ações profissionais de você orientar, encaminhar, mas pensar a teoria, a perspectiva teórica, assim, eu ainda estou tendo uma dificuldade para perceber isso (ERVA-DOCE, 2017).

Em relação às dificuldades das entrevistadas para entender a relação de unidade entre teoria e prática, é essencial a percepção do supervisor para o enfrentamento dessa dificuldade, como assevera Lewgoy “[...] o supervisor tem papel decisivo ao conduzir essa mediação e reflexão, possibilitando ao aluno sair do senso comum e encontrar alternativas para a situação” (2010, p. 131).

É necessário ressaltar que a formação profissional, não se reduz a disciplinas que favorecem ou limitam a atuação profissional, antes da realização das atividades e ação profissional é necessário uma base teórico-metodológico e técnico-operativo para executar e defender seu campo de trabalho. Penso que, se no caso, a teoria abordada em sala de aula não extinguiu as dúvidas da área inserida, é preciso a aluna relatar esses limites as supervisoras, tanto de campo, como a acadêmica, para que as mesmas possam tentar trabalhar aspectos importantes da área de atuação da estagiária.

Ademais, o estágio obrigatório tem relação direta com os/as supervisores/as, se o/a aluno/a identifica as atividades e os elementos necessários para compor seu projeto profissional, ele verá o/a supervisor/a de forma positiva, já se o estagiário não consegue desenvolver seus

conhecimentos e nem consegue tirar suas dúvidas o/a supervisor/a já é visto de forma negativa, em concordância com isso: “Como essa referência atribuída à supervisão, ao supervisor é conferida a figura positiva ou negativa, isto é, apresenta-se ao aluno coo elemento que irá compor ou não sua identidade profissional.” (LEWGOY, 2010, p.143).

Para além das/os supervisoras é importante que o/a aluno/a compreenda a totalidade dos processos sociais que se organizam em torno do fazer profissional das/os assistentes sociais e observe a teoria como a “lupa” que amplia a visão sobre a qual se precisará para fundamentar qualquer ação de orientação de acesso aos direitos sociais. A partir de análises mais detidas da realidade concreta é possível identificar os fundamentos que orientam a prática. Como podemos observar na fala de Hortência:

Dentro do campo que eu estou inserida é bem perceptível o tripé da profissão. Eu acho que quando a gente sai da sala de aula e parte pra o campo de estágio e o campo favorece o nosso contato direto com a atuação profissional, elementos importantes que a gente viu em sala de aula como ético-político, teórico-metodológico são sim, bastante proveitosos e vistos, dá sim pra você ver. Claro que o que vai ficar mais nítido é o técnico-operativo. Mas se você fizer uma análise profunda, você consegue enxergar todo o tripé, o quanto ele tá interligado dentro da atuação profissional na instituição que você está inserido. (2017)

É necessário compreender as dimensões como unidade, contudo, elas têm seus significados e potencialidades individuais. Além do que, no cotidiano não vemos as dimensões isoladamente, ou seja, como se o atendimento com o usuário fosse a **dimensão técnico-operativo**, o cadastro o **teórico-metodológico**, e como faço esse atendimento o **ético-político**, querer limitar as dimensões no fazer profissional é um equívoco, nossa base teórica deve servir para compreender as relações sociais nos espaços ocupacionais, ou seja, “As competências do assistente social pressupõem a superação da visão fragmentada entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que, embora distintas, estão articuladas[...]” (LEWGOY, 2010p. 50-51).

Para entender a realidade na instância de totalidade social é necessário entender suas singularidades, particularidades e universalidade. Santos (2013)

coloca que a universalidade como o âmbito legal, ou seja, mostra a legalidade, o que se afasta do imediatismo. Já a singularidade é aonde a lei se expressa, é o resultado da ação prática dos homens e a particularidade é a mediação entre os níveis já citados. “Sendo assim, singular, particular e universal são dimensões da realidade, são níveis de abrangência da realidade, os quais constituem as instâncias da totalidade social, são categorias que existem *na realidade*” (idem, 2013, p.22).

Quando indagadas sobre quais as maiores dificuldades na execução das atividades no estágio, uma das entrevistadas apontou que:

No sentido institucional são aquelas questões que a gente sempre ver, falta questões básicas para exercer no cotidiano. No caso da assistência, faltam alguns recursos básicos para poder fazer as devidas articulações, fazer os devidos encaminhamentos para que o usuário siga na rede sócio assistencial. Eu acho que essa dificuldade das assistentes sociais acaba também refletindo como uma dificuldade de aprendizado pro estágio, porque a gente já vai apreendendo aquelas dificuldades e vai dificultando nosso aprendizado (CRAVO, 2017).

No que se trata da preocupação em fazer as atividades, devemos lembrar que a atuação do assistente social não se limita apenas a técnica ou aos instrumentos, até porque sem base teórica podemos acabar reproduzindo sequelas da questão social, no entanto, nossa atuação deve estar voltada para a superação da questão social, ou seja, é necessária uma boa base teórica para podemos definir qual o melhor instrumento a ser utilizado. “[...] preocupado somente com o como fazer, revela a ausência de domínio de técnicas, o que dificulta a leitura dos espaços sócio ocupacionais nos campos de estágio nos quais atua.” (LEWGOY, 2010, p.171).

Nesse sentido uma das entrevistadas aponta que para enfrentar as dificuldades presente no cotidiano profissional é necessário sempre está voltando a “gavetinha do conhecimento” (MARGARIDA, 2017). Aqui fica evidenciada a necessidade da formação continuada, no qual a graduação é apenas a base e essa base construída através da teoria e evidenciada com a prática. O estágio sendo ele obrigatório ou não, é um momento de síntese no que se trata da relação teoria e prática. Existe hoje a reprodução no que cerne

a relação dicotômica entre teoria e prática devido a falta de aprofundamento no entendimento dos nossos instrumentos.

Outro aspecto que merece destacar nas falas das entrevistadas diz respeito a falta de tempo das da supervisora de campo, conforme pode ser observado abaixo:

A dificuldade que encontro é tipo assim, porque pelo menos quando a gente entra no estágio supervisionado tem a questão da supervisora tá lhe orientando. E muitas vezes ela não tem tempo de tá me orientando, aí ela diz depois lhe oriente, e acaba ficando pra depois, esse é o problema (ALFAZEMA, 2017)

É importante destacar que segundo a lei 11.788, inciso III do artigo 9º: “assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente”, caso esse inciso não seja devidamente respeitado “a supervisão direta poderá ser considerada irregular”, por outro lado muitas alunas não solicitam a troca de estágio devido questões objetivas a distância do local do estágio (conforme já apontado aqui) e pelo espaço sócio ocupacional não estar ligado a área de interesse da aluna.

É importante levarmos em consideração que “a falta de tempo” das supervisoras de campo, muitas vezes, tem relação direta com o processo de precarização do trabalho do assistente social, que repercute nas baixas remunerações fazendo com que muitas vezes as mesmas precisem ter mais de um vínculo empregatício. Porém essa precarização não se encontra restrita apenas as supervisoras de campo, as supervisoras acadêmicas também passam por processos semelhantes de precarização e intensificação do trabalho advindos, sobretudo, da contrarreforma da educação superior brasileira (PEREIRA, 2010). Ademais, essa intensificação do trabalho docente acontece pois ele além de dar aulas, corrigir atividades, orientar nas pesquisas acadêmicas, tem que produzir pesquisa e se manter em contínuo processo de formação, ou seja, “O que valoriza a figura do docente não é mais o seu exercício de docente, mas, sim, o quanto ele produz” (PEREIRA, 2010, p. 327).

Os desafios estão postos e são complexos, contudo, supera-los requer da parte de nós enquanto alunas/as uma maior disponibilidade para aprofundar

nas teorias que iluminam as práticas, e isso se dá à medida que nos instrumentalizamos e desenvolvemos nossa criticidade diante dos processos sociais, políticos, econômicos que perpassam nossas atividades acadêmicas e nossa futura vida profissional.

Igualmente, o processo de aligeiramento da formação, no qual o/a aluno/a tem acesso as leituras, tem a indicação das referências, mas por se tratar normalmente de estudantes trabalhadores a dimensão do tempo disponível é sempre trazido como empecilho para a efetivação das leituras, tendo que, muitas vezes se priorizar uma leitura em detrimento da outra, e em última análise, a meu ver, há a forte presença da dicotomia teoria/prática, uma vez que as alunas pensam no campo como a materialidade das ações, e que, portanto, não caberia mais leituras nesse momento específico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi exposto no decorrer deste trabalho o estágio é o processo pedagógico para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, ele utiliza como método inserir o aluno de Serviço Social, na realidade de um espaço sócio ocupacional do assistente social.

Como observado desde a origem do curso de Serviço Social até os dias atuais, é possível identificar os avanços teórico-metodológico, ético político e técnico operativo que a profissão alcançou ao longo do seu desenvolvimento. Contudo, é necessário compreender que essa evolução ocorreu junto com as contradições impostas pelo sistema capitalista, que agudizou as expressões da questão social. Os rebatimentos desses processos podem ser notados em vários espaços da atuação profissional.

Na formação não é diferente, nos últimos anos tem se espalhado cursos de EAD, que segundo análises de pesquisadores/as do tema, são formações frágeis do ponto de vista da apropriação dos conteúdos, das experiências acadêmicas, do acesso a atividades de ensino, pesquisa e extensão, dentre outros. No âmbito da formação em IFES, vivenciamos, muitas vezes, processos de sucateamento das instalações físicas, precarização dos vínculos de trabalho, sobrecarga docente e aligeiramento na formação com vistas a atender o mercado.

O processo de aligeiramento é um dos responsáveis por limitar o desenvolvimento do ensino, fazendo com que os/as alunos/as, muitas vezes, não consigam acompanhar conteúdos importantes para sua profissão. Além do que com o aligeiramento ocorre a precarização do ensino e conseqüentemente a precarização do trabalho do assistente social, no qual as alunas que se formam tem a fragmentação do conhecimento e conseqüentemente da sua atuação.

Todos esses processos têm rebatimento direto nos espaços de formação, no Serviço Social especialmente, há uma especificidade que

entendemos ser mais complexa que diz respeito a condição social de seus discentes.

Durante a pesquisa e a partir de dados empíricos foi observado que uma das justificativas para a dificuldade em aprofundar os conteúdos ministrados nas disciplinas é a falta de tempo, pois as/os alunas/os, quando não trabalham, necessitam de atividades extracurriculares para se manter e isso acaba fazendo com que alguns aspectos da formação seja, se não negligenciado, mas deixando para momentos posteriores.

A pesquisa demonstrou que de certa forma os/as alunos/as escolhem o que vão ler, caracterizando o que é “importante” ler, foi o que aconteceu quando questionadas sobre a PNE, e as mesmas justificaram que a aproximação foi pontual e sem aprofundamento. Mesmo aparecendo em alguns momentos como obrigatório, as alunas não mostraram interesse na leitura. No entanto quando elas chegam no estágio notam que é necessário “retomar a caixinha do conhecimento”, mas para isso é preciso prepara-la.

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar os principais desafios encontrados pelas alunas para a inserção nos campos de estágios nas áreas de interesse, inicialmente pensei que a dificuldade seria por disponibilidades de vagas, já que por vezes, a demanda por áreas específicas podem extrapolar o número de ofertas, no entanto, isso não se concretizou, uma vez que a maioria evidenciou que deixou de ficar na área de interesse por questões mais objetivas, a exemplo de acesso a transporte público, visto que a maioria das entrevistadas não é de Natal e teria que se deslocar em maiores distâncias.

No que se refere ao nível de informação acerca dos documentos que regem o estágio a exemplo da Lei do Estágio e da Política Nacional do Estágio Obrigatório, ficou explícito que as aproximações das entrevistadas aos documentos são incipientes, mesmo trabalhados em disciplinas, parte das alunas não demonstrou se apropriar dos aspectos que regulamentam as atividades de estágio obrigatório.

A maioria das entrevistadas entendem o estágio como oportunidade de conhecer a dinâmica profissional, é como se o estágio revelasse o que realmente uma assistente social faz, partem da compreensão que o estágio vai ensinar de que maneira elas vão colocar em prática a teoria aprendida em sala

de aula, ou seja, que a teoria é algo que se transforma em prática de forma imediata. A única coisa que a teoria muda de imediato é o conhecimento. E é esse conhecimento que vai prepara para a profissão “[...] deve considerar é que de um referencial teórico não deriva, de imediato, instrumentos e técnicas para a intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação” (SANTOS, 2013, p.05).

Essas dificuldades, muitas vezes apontada de apreensão da complementariedade entre teoria/prática podem ter como explicação, ao nosso ver, à falta ou insuficiência da apropriação dos conteúdos ministrados nas disciplinas, visto ser um aspecto importante para a instrumentalização do estágio e suas particularidades e ao mesmo tempo para compreensão da totalidade universalidade.

O estágio é uma das formas de aproximação do fazer profissional, que começamos a construir o ser profissional a partir do momento que escolhemos a profissão e nos dedicamos na graduação. Além do que, para se ter um desenvolvimento adequado sobre as demandas do cotidiano profissional é necessário romper com os ideais conservadoras, que colocam os instrumentos como mera técnica que serve para solucionar a demanda, ao contrário, os instrumentos estão para além da técnica, eles são objetos de conhecimento e dialética, e funcionam como meio de entender as singularidades.

Assim, entendemos que um dos grandes desafios hoje é desenvolver estratégias que possam identificar e superar os limites dos/as alunos/as para a execução de suas atividades acadêmicas que levem em conta as condições objetivas de sobrevivência e permanência na universidade. As distâncias a percorrer, a falta de tempo para se dedicar aos estudos, que, ao nosso ver, culminam em desinteresse, são questões concretas, que precisam ser levadas em conta sob o risco de cairmos numa formação pragmática, em que os alunos/as executam o suficiente para passar aos semestres seguintes e terminar o curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS, Política Nacional de Estágio em Serviço Social, 2010.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O ensino do trabalho profissional**: o estágio no processo de formação profissional. São Paulo: ABEPSS, 2003. Relatório da Oficina da ABEPSS Sul II GESTÃO 2003-2004. Referente às unidades de ensino de Serviço Social do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

AGUINSKY, Beatriz G. O lugar e as possibilidades do Projeto Ético-Político do Serviço Social no campo jurídico. p.77/92 In: MENDES, J.; DESALUNIERS (orgs) **Textos e Contextos**: perspectivas da produção de conhecimento em Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BERTONE, Camila. **Conceitos sobre positivismo**: Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/positivismo/> . Acesso em: 28/05/2018.

BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação do Serviço Social**.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org), BARROCO, M. L; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Brasília: CFESS, 1993.

GRESS. **Coletânea de Leis e Resoluções**, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e poder institucional**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Willam Gerson; RIBEIRO, Larissa; MONTEIRO. **O Trabalho do Assistente Social como Práxis Transformadora da Realidade**. Ceará: Socializando, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e Serviço Social In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo II: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Brasília CEAD, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. In: **Revista Temporalis** n. 3, Ano 2 (jan/jun 2001) Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 [p. 09-32].

_____. Marilda. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social**. Em questão. Brasília/DF, 2002.

_____. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Marilda. Os espaços sócios ocupacionais do Assistente Social. In: **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: DF, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 20. Ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

_____. Marilda. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/** Marilda Villela Iamamoto, Raul Carvalho. – 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional/** Alzira Maria Baptista Lewgoy. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2014, n° 120, pp. 694-705.

NETTO, José Paulo, 1947- **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64/** José Paulo Netto – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 80, São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional Serviço Social. **IN: Revista de Políticas Públicas**; São Luís – Maranhão; Número Especial; p. 323-331; Agosto de 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos, **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço social. 3. ed. – São Paulo: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SPELLER, Paulo. ROBL, Fabiane e Stela Maria MENEGHEL (orgs). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado Sócio-histórico da Profissão. In. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: DF, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Desafios contemporâneos para a formação profissional em Serviço Social. **O Social em Questão**: revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUCRIO, Rio de Janeiro, ano IV, v.5, n.5, 2000b

_____. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABPES). In: **Coletânea de Leis e Resoluções**. Assistente social: ética e direitos. 4. Ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004a.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA - Limites e possibilidades do estágio obrigatório para sua formação acadêmica

Discente Letícia Gualberto

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I- PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

01. Nome _____

02. Idade: _____

03. Como você se define enquanto raça/cor/etnia:

() negra () parda () branca () indígena

() outra.

04. Naturalidade

15. Você reside em domicílio:

() próprio () alugado () cedido () financiado

() Outros

II- O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

1. O que você entende como estágio obrigatório?
2. Como foi feita a escolha do campo de estágio? Comente.
3. Você já estagiou em algum outro campo?
4. O seu campo de estágio está de acordo com a área que você queria atuar?
5. Você conhece a Política Nacional de estágio em Serviço Social? Se sim, o que sabe sobre ela?
6. Como você percebe a relação entre os conteúdos abordados nas disciplinas do curso com a prática no campo de estágio?

7. Você identifica a articulação das dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, em seu campo de estágio?

8. Quais são as maiores dificuldades na execução das atividades dentro estágio?

Data: / /



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos:

Este é um convite para você participar da pesquisa **Limites e possibilidades do estágio obrigatório para sua formação acadêmica** desenvolvida pela discente **Leticia Gualberto dos Santos Costa** e segue as recomendações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Tem como objetivo geral, analisar a percepção dos discentes do sexto período do curso de Serviço Social da UFRN sobre os limites e possibilidades do estágio obrigatório para sua formação acadêmica. Utilizaremos um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, e mediante a autorização da entrevistada gravaremos as falas para posterior análise do conteúdo.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Os riscos envolvidos com sua participação são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados mediante as seguintes providências:

- Garantir que a privacidade da participante e o anonimato das informações sejam mantidos;
- Confidencialidade dos dados;
- Cautela na elaboração do roteiro de entrevistas e

- Na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os sujeitos da pesquisa.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente a pesquisadora de campo **Letícia Gualberto dos Santos Costa** no e-mail: gualberto.leticiah@yahoo.com ou pelo telefone (84) 996097642 ou professora responsável **Profa. Dra. Maria Ilidiana Diniz**, no e-mail: ilidianadiniz@gmail.com ou pelos telefones (84) 996854648.

Caso você tenha dificuldades em entrar em contato com a responsável, comunique ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UFRN**

Endereço: DDRH - Lagoa Nova, Natal - RN, CEP 59064-741 Telefone: (84) 32153135

Pesquisador

Nome entrevistado

Natal, ____/____/____